



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL

ESTELANY SILVEIRA SOARES

**O ENSINO MÉDIO PROFISSIONAL NAS ESCOLAS DO MACIÇO DE
BATURITÉ: UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA PARA A SALA DE AULA**

FORTALEZA

2024

ESTELANY SILVEIRA SOARES

**O ENSINO MÉDIO PROFISSIONAL NAS ESCOLAS DO MACIÇO DE
BATURITÉ: UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA PARA A SALA DE AULA**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – ProfSocio, da Universidade Federal do Ceará como requisito à obtenção do título de Mestre em Ensino de Sociologia. Área de Concentração: Práticas de ensino e conteúdos curriculares.

Orientador. Prof. Dr. Francisco Willams Lopes Ribeiro.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S653e Soares, Estelany Silveira.
O ensino médio profissional nas escolas do Maciço de Baturité : Uma abordagem sociológica para a sala de aula / Estelany Silveira Soares. – 2024.
85 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, Fortaleza, 2024.
Orientação: Prof. Dr. Francisco Willams Lopes Ribeiro..

1. Ensino Médio. 2. Educação Profissional. 3. Juventude. 4. Escola. I. Título.

CDD 301

ESTELANY SILVEIRA SOARES

O ENSINO MÉDIO PROFISSIONAL NAS ESCOLAS DO MACIÇO DE
BATORITÉ: UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA PARA A SALA DE AULA

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: Práticas de ensino e conteúdos curriculares.

Aprovado em: 29 / 08 / 2024

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Francisco Willams Ribeiro lopes (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professor Dr. Alexandre Jeronimo Correia Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professora Dra. Joana Elisa Rower
Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Dedico esse trabalho a meu Pai Eduardo da Silveira Freire “*In memoriam*” que só tinha a quinta série e sempre me ensinou a lutar pelos meus sonhos. A ele todo meu amor e gratidão, por tudo que fez por mim ao longo de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Gratidão a Deus pela existência, pela saúde, pela possibilidade de trilhar o caminho que eu mesma escolhi e por me fazer forte todos os dias. “Deem graças ao Senhor, porque ele é bom; o seu amor dura para sempre” (Salmos 107:1).

Gratidão a minha família, meu abraço mais apertado, meu refúgio de amor. Margarida Soares, minha mãe, que mesmo com todas as dificuldades de saúde sempre foi minha maior força, meu conforto e minha base. Ao meu pai Eduardo da Silveira que me deixou tão precocemente em 22 de março de 2024, depois de lutar bravamente contra um câncer, obrigada meu paizinho por ser meu maior fã, por nunca me podar em nada e ter me criado essa mulher tão forte. A minha filha Bianca, minha menina preciosa, obrigada por todo amor e compreensão pelas ausências das minhas viagens. Nunca esqueça “mamãe vai e mamãe volta”.

Gratidão ao Profsocio/UFC que marcou minha trajetória da maneira mais linda que pode ser possível, cada momento em sala de aula era como um bálsamo revigorante, eu podia estar muito cansada por causa das viagens de madrugada, mas ao entrar em sala de aula e estar com professores tão dedicados eu sentia as minhas forças se renovando.

Gratidão ao meu orientador Prof. Dr. Francisco Willams Lopes Ribeiro por todo apoio e compreensão, sua postura e sua humanidade são exemplo e inspiração. Sou grata por cada conversa, pelas observações atentas e pelo cuidado.

Gratidão aos amigos do mestrado, que guardo no coração e que estão me acompanhando na vida, somos companheiros de luta. Karlinha minha parceira e dupla incontestável nos trabalhos, Fabrício e seu abraço aconchegante, Gê e a sua força, Lucas e suas conversas motivadoras, Harrysson com suas histórias, Ingrid e sua insurgência, Danúbio o melhor artista de Canindé, Manoel e sua leveza em viver, Lisemére uma guerreira em prol da educação e na vida, Ananda e Thaty que chegaram depois e contribuíram imensamente com o grupo. Nossos momentos dos cafés são inesquecíveis e sem eles eu não teria conseguido.

Gratidão ao meu irmão Stephany Soares por me incentivar a dar o primeiro passo, por acreditar em mim. Irmão, você tem sido mais que uma fortaleza, sou grata por acreditar no meu potencial, por depositar em mim confiança e por ser um grande incentivador na minha carreira.

Gratidão a Profa. Eduarda Freitas, a melhor professora de Sociologia da CREDE 08 e a minha melhor amiga. A amizade entre mulheres salva vidas e você salva a minha todos os dias. Nos dias mais sombrios era você que estava lá. Obrigada!

Gratidão também aos amigos Erlanio Ferreira, Eder Jordan, Juariza Alves, Wanderlúcia Rodrigues, Fabiana Nunes vocês são pessoas queridas, obrigada pelo respeito e pelo carinho. Amo cada um de vocês!

Gratidão ao meu companheiro Rafael Oliveira, obrigada pelo respeito, pelo estímulo em ser uma pessoa e uma profissional melhor a cada dia. Você tem testemunhado as longas horas de estudo e está sempre disposto a ouvir toda vez que eu

precisava explicar para alguém o significado de algo, falar das aulas, da minha pesquisa e de como era minha vida no mestrado, obrigada por estar ao meu lado sempre, nos dias alegres e nos dias tristes.

Gratidão aos diretores das escolas profissionais da CREDE 08, EEEP Doutor Salomão Alves de Moura, a diretora Queila Maria Soares Araújo; EEEP Clemente Olintho Távora Arruda, o diretor Francisco Wagner da Costa Germano; EEEP Maria Môsa da Silva, a diretora Técia Cândido de Oliveira; EEEP Maria Giselda Coelho Teixeira, a diretora Eliane Leite Araújo da Silva e a EEEP Adolfo Ferreira de Sousa, o diretor Francisco Luciano Leite Filho por abrirem as portas de suas escolas para a realização da pesquisa, pelo acolhimento e pelos incentivos. Em especial agradeço a diretora da minha escola a EP Maria Môsa de Ocara, Técia Cândido por fazer todos os ajustes necessários para que pudesse cursar as aulas presenciais na UFC em Fortaleza, foram muitas viagens entre idas e vindas que só foram possíveis graças a sensibilidade dela.

Gratidão às minhas colegas de escola que mostraram preocupação comigo e acompanharam com muito zelo e atenção todo o decorrer do trabalho.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EM Ensino médio

EEEP Escola Estadual de educação profissional

PROFSOCIO Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional

NEM Novo ensino médio

FGB Formação geral básica

IF Itinerários formativos

IFs Institutos Federais de Educação

MEC Ministério da educação

CEJA Centros de Educação de Jovens e Adultos

EEEM Escola Estadual de Ensino médio

EEEMTI escola estadual de ensino médio e, tempo integral

PNLD Programa nacional do livro didático

CREDE Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação

SEDUC Secretaria da educação do Estado do Ceará

PIBIC Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

LDB A Lei de Diretrizes e Bases da educação

SENAC Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio

SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

CEFET Centro Federal de Educação Tecnológica

TESE Tecnologia empresarial socioeducacional

TEO tecnologia educacional Odebrecht

PDCA Plan, Do, Check, Act, ou em português, Planejar, Fazer, Verificar e Agir

SPAECE sistema permanente de avaliação da educação básica

IDEB índice de desenvolvimento da educação básica

ABEP Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa

ENEM Exame nacional do ensino médio

SIGE Sistema Integrado de gestão escolar

PV Projeto de vida

UNILAB Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da região do Maciço de Baturité com municípios e localização das escolas profissionais pesquisadas.....	22
Figura 2: Aplicação dos questionários na EEEP de Baturité em 02 de março de 2023.....	22
Figura 3: Aplicação dos questionários na EEEP de Redenção em 10 de março de 2023.....	22

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Total de respondentes por escola.....	50
Tabela 2: Quanto a escola de origem.....	50
Tabela 3: Identificação quanto ao gênero dos alunos.....	51
Tabela 4: Auto identificação racial.....	51
Tabela 5: distribuição em estratos socioeconômicos.....	52
Tabela 6: Local de moradia dos estudantes.....	53
Tabela 7: Quanto às motivações para estar em uma escola profissional.....	54
Tabela 8: Dados informados pelas escolas através do SIGE ENEM.....	55
Tabela 9: Motivos que levam a escolha do estudante pela escola profissional.....	57

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1. Justificativa e metodologia.....	19
2. ENSINO MÉDIO E ENSINO MÉDIO PROFISSIONAL.....	25
2.1. Ensino Médio no Brasil.....	26
2.2. Ensino Médio profissional.....	34
3. O QUE PENSAM OS ESTUDANTES.....	48
4. PROPOSTA DE PLANO DE ENSINO.....	58
4.1 Plano de ensino baseado da didática para a pedagogia histórico crítica.....	62
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS	83
APÊNDICE.....	90

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar os sentidos que os estudantes de ensino médio, das escolas profissionais da região do Maciço de Baturité, Ceará, atribuem para a última etapa da educação básica e, a partir disso, apresentar uma abordagem sociológica para a discussão sobre o ensino médio profissional em sala de aula. A pesquisa foi realizada por meio da aplicação de 620 questionários com estudantes das cinco escolas de ensino médio profissional da região do Maciço de Baturité. Este material deu subsídios para produzir um plano de ensino para professores, alicerçado na didática para a pedagogia histórico-crítica, tendo como objeto de problematização o próprio ensino médio profissional. O plano de ensino objetiva a construção de uma aula que permita aos estudantes reconhecerem esta etapa como algo socialmente construído e também um espaço de disputa entre diferentes projetos de sociedade. Considerando que o ensino médio em si é uma etapa marcada historicamente por inúmeras contradições e desafios que se referem a sua identidade, expansão, obrigatoriedade e estrutura curricular, é importante que o estudante compreenda sociologicamente esses processos e problematize as consequências das mudanças recentes. Espera-se que os professores e os estudantes consigam ressignificar esta etapa para além da aquisição de conhecimentos e habilidades relevantes para o ingresso na universidade e/ou no mercado de trabalho, e trabalhem com a formação de uma consciência mais realista e crítica sobre a sociedade.

Palavras chave: Ensino médio; Educação profissional; Juventude; Escola.

ABSTRACT

This work aims to analyze the meanings that high school students from professional schools in the Maciço de Baturité region, Ceará, attribute to the last stage of basic education and, based on this, present a sociological approach to the discussion about high school. professional in the classroom. The research was carried out by applying 620 questionnaires to students from five professional high schools in the Massif de Baturité region. This material provided support to produce a teaching plan for teachers, based on didactics for historical-critical pedagogy, with professional secondary education itself as the object of problematization. The teaching plan aims to build a class that allows students to recognize this stage as something socially constructed and also a space for dispute between different societal projects. Considering that high school itself is a stage historically marked by numerous contradictions and challenges that refer to its identity, expansion, obligation and curricular structure, it is important that the student understands these processes sociologically and problematizes the consequences of recent changes. It is expected that teachers and students will be able to give new meaning to this stage beyond the acquisition of knowledge and skills relevant to entry into university and/or the job market, and work towards the formation of a more realistic and critical awareness of society.

.KEYWORDS: Secondary education; Professional education; Youth; School.

1. INTRODUÇÃO

O ensino de Sociologia e respectivamente seus objetos de estudo são uma extensão mais do que necessária: ela é urgente. Ela materializa o esforço da sociedade brasileira para transformar a educação em instrumento de emancipação do indivíduo, de luta contra hegemonias políticas e culturais. O agrupamento de conhecimentos trazido pelas Ciências Sociais pode ser utilizado como ferramenta de libertação e de construção de um pensamento emancipado. É nesse sentido que esse trabalho pretende contribuir, ao trazer para o centro do debate o ensino médio, especificamente, o ensino médio profissional como objeto de estudo sociológico.

A etapa que representa os três últimos anos da educação básica, chamada de ensino médio (EM), representa um percurso historicamente marcado por inúmeras contradições e desafios no que diz respeito a sua implementação, identidade, execução e finalidades. Sua expansão iniciada desde os anos de 1990, provocada por demandas internacionais, bem como consequência das políticas públicas de priorização do ensino fundamental carregam desde então uma série de adversidades, como a universalização do acesso, a igualdade de oportunidades, conteúdo a ser ensinado, investimento, infraestrutura, formação de professores e evasão escolar.

Para cada agente social, esses desafios se impõem de forma diferente, seja o poder público, os educadores, a família, a sociedade e, não menos importante, os estudantes. Para os estudantes, essa etapa se configura de múltiplas formas a depender do contexto social ao qual eles pertencem. Para alguns, o EM é um “caminho natural”, uma ponte para um objetivo que pode ser o curso superior ou o mercado de trabalho; para outros, essa naturalização não acontece da mesma forma, o ensino médio assume outro sentido, algo distante, forçado e sacrificado.

Entender e refletir qual o sentido que estudantes atribuem ao fato de estarem cursando o ensino médio, especialmente no que tange à vivência em uma Escola Profissional, é importante ao passo que esse significado interfere na forma como ele se relaciona com a escola. Viver a escola e/ou frequentar a escola se diferencia na medida em que ele compreende o sentido proposto por ela ou reconfigura esse sentido e adequa às suas aspirações. O estudante se relaciona com a escola e com a sua proposta, que perpassa a dimensão abstrata. A escola não é apenas uma instituição que produz, reproduz

e transmite saberes; ela é um espaço de sociabilidades, de estabelecimento de identidades, de configurações de todo um projeto de vida.

A escola desempenha um papel significativo como espaço de sociabilidade para os jovens por várias razões importantes. É na escola que os jovens interagem com outros indivíduos de diferentes origens culturais, sociais e étnicas, o que ajuda a promover a compreensão mútua e o respeito pela diversidade. A importância da escola para a juventude brasileira é particularmente significativa devido a vários fatores socioeconômicos e culturais que afetam o país, como as desigualdades sociais; na medida em que a escola oferece a oportunidade para jovens de diferentes classes sociais adquirirem conhecimentos e habilidades que podem levar a melhores oportunidades de emprego e mobilidade social. É na escola e na relação estabelecida entre ela e o conhecimento adquirido que o jovem tem a possibilidade de um maior desenvolvimento intelectual. A escola oferece uma base para o desenvolvimento do pensamento crítico, habilidades de resolução de problemas e raciocínio lógico. O conhecimento adquirido permite ao jovem compreender e interpretar o mundo ao seu redor de maneira mais informada e analítica.

Charlot (1996) aponta que a relação com o saber se enraíza na própria identidade do indivíduo, pois questiona seus modelos, suas expectativas em face da vida, do futuro, da carreira, de si mesmo e de suas múltiplas relações. O ambiente escolar e as suas configurações também são elementos indissociáveis na relação que o estudante cria com o ato de estudar, de aprender, a forma de se relacionar com o saber, de construir um sentido para o período que permanece na escola.

Por isso, este trabalho, realizado no âmbito do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional-PROFSOCIO, tem por objetivo analisar sociologicamente quais os sentidos atribuídos à etapa do ensino médio pelos jovens das cinco escolas de ensino médio profissional (EEEP) da região do Maciço de Baturité, Ceará, e a partir dos dados coletados produzir um material didático, especificamente um plano de ensino para o professor de Sociologia, tendo como objeto de ensino o próprio ensino médio profissional.

Ressalto aqui a importância do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO) como meio de ampliação do capital cultural e de aperfeiçoamento profissional, que retroalimentam nossa prática docente e aumentam a

percepção que a escola é um campo vivo e atuante onde as mais diferentes relações acontecem na interação constante entre todos os agentes sociais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

O PROFSOCIO apresenta-se como um espaço de debate, pesquisa e propagação do conhecimento sociológico, trazendo relevância política e social para a Educação Básica em todas as suas dimensões. As aulas, os debates, as leituras e cada espaço compartilhado entre estudantes e professores do programa se tornaram essenciais para o aperfeiçoamento do trabalho docente, pois valorizavam as experiências realizadas em sala de aula, através do entrelaçamento entre prática e teoria.

Nessa proposta de entrelaçamento entre teoria e prática, o plano de ensino proposto neste trabalho tem por objetivo auxiliar professores e estudantes a reconhecerem a etapa do ensino médio como algo socialmente construído e também um espaço de disputa entre diferentes projetos de sociedade. No que tange ao plano de ensino, ele será subsidiado na proposta de uma didática para a pedagogia histórico-crítica, baseada em Gasparin (2012), que possibilitará um trabalho construído a partir da prática, ascendendo às teorias e retornando à prática.

Seja qual for a configuração adotada, o EM e suas finalidades se desdobram desde a sua proposta teórica, o que está na letra da lei e nos documentos oficiais, até o que de fato acontece em sala de aula, ou seja, a forma que os estudantes conseguem perceber. Quando menciono a proposta teórica do EM, faço referência ao currículo como elemento que engloba a seleção do patrimônio cultural humano geral; o que se leciona e como se organiza; as perspectivas curriculares; os princípios políticos; as noções psicológicas, as visões epistemológicas, os valores sociais, as filosofias e as referências educativas; e ainda as condições institucionais, as políticas curriculares, a estrutura do sistema educacional e a organização escolar. (SACRISTÁN, 2013)

Nesse sentido, entende-se currículo na perspectiva apontada por Sacristán (2013), ou seja, aquele que traduz o conteúdo que pode ser ensinado, o qual existe como produto das relações entre os homens em atividades concretas advindas da vida em sociedade e, sendo assim, tornando-se relevante a compreensão do impacto exercido pelas formulações curriculares para a organização do ensino. As escolas e seus atores sociais são produtores e consumidores não somente de uma lista de disciplinas e conteúdos obrigatórios para os estudantes, é muito além disso. A proposta curricular é um

instrumento epistemológico que orienta o professor durante todo o processo de ensino e aprendizagem, garantindo que seus alunos tenham acesso a um conhecimento contextualizado, crítico e situado à sua realidade.

Para Sacristán (2013; 2017), o currículo prescrito e regulamentado é um processo que se dá no âmbito das decisões tanto políticas quanto administrativas, uma vez que a prescrição ocorre no âmbito das decisões políticas e administrativas que necessitam do desenvolvimento das práticas para passar da prescrição à ação, significando que em sua concretude o currículo é uma potente ferramenta de mudança social, pois estimula os estudantes a compreenderem e modificarem a realidade a sua volta. Similarmente, ele está sujeito a pressões e conflitos externos aos muros da escola, diante disso, ao invés de ferramenta libertadora pode se configurar como elemento perpetuador das desigualdades sociais.

Para além de um currículo que exerça a função transformadora, que respeite a pluralidade social, que considere as intenções das juventudes e principalmente que assegure a formação básica e comum a todos os estudantes, é importante que o ensino médio atenda a outras necessidades que o sistema educacional possui, como por exemplo, a reestruturação das propostas avaliativas, de modo que se possa realizar um acompanhamento de rendimento mais eficiente por parte da comunidade escolar; qualificação do aporte financeiro para que as escolas e seus profissionais tenham as condições necessárias para trabalhar; ampliação dos programas de assistência estudantil que certamente trarão melhoras nos índices de abandono e evasão; entre outras necessidades que o sistema educativo possui.

O que se percebe na nova organização curricular para o ensino médio é que a reforma proposta tende a promover um processo de fragmentação deste nível de ensino e a fragilização da etapa final da educação básica (LOPES, 2021), afetando o direito a uma educação plena e integral para os estudantes e alinhando as finalidades do ensino médio aos interesses produtivos do mercado de trabalho e ao capitalismo predatório.

Desse modo, a implementação do Novo Ensino Médio (NEM) foi iniciada em 2022, com as turmas da 1ª série, sendo ampliada, em 2023, para as turmas da 2ª série, com a expectativa de universalizar a reforma em 2024, com inclusão das turmas da 3ª série do EM.

Entretanto, devido aos questionamentos acerca dos desafios e fragilidades da reforma, realizado por professores, gestores, estudiosos e pesquisadores da área educacional, em março de 2023, o Ministério da Educação (MEC) lançou uma consulta pública à sociedade brasileira, com a intenção de, a partir dos resultados, manter, reformular ou revogar o NEM (Portaria MEC n° 399)¹, além de suspender, em abril de 2023, o cronograma de implementação (Portaria MEC n° 627)².

Em agosto de 2023, o MEC divulgou, por meio do documento Sumário Executivo, os resultados da consulta pública e a proposta para a reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio. Além disso, foi anunciado pelo Ministro da Educação a manutenção da lei n° 13.415/2017 em 2024 e posterior envio ao Congresso de nova proposta de legislação para essa etapa da educação básica.

O ano letivo de 2024 tem sido considerado um ano de transição entre o que está disciplinado na legislação vigente, referente à reforma iniciada em 2022 e à adequação a ser implementada a partir de 2025, impulsionada pela consulta pública.

Em meio a um contexto de reformas e contra reformas, em 2024, o estado do Ceará oferta diferentes categorias de escolas e modalidades, cada qual com sua organização curricular própria: Escolas Estaduais de Educação Profissional, Escolas Militares, Escolas de Ensino Médio Regular (tempo parcial), Escolas de Tempo Integral, Escolas Indígenas, Escolas Quilombolas, Estabelecimentos de Ensino de Família Agrícola, Escolas do Campo e os Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJA).

A Escola de Ensino Médio regular é a categoria mais conhecida, ela segue o padrão comum de ensino, funcionando em apenas um turno e oferecendo a formação geral básica. As escolas regulares vêm perdendo cada vez mais espaço para as Escolas em Tempo Integral-EEMTI. Idealizada como meio para concretizar a meta do Plano Nacional de Educação que é “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica”. A ampliação da jornada escolar é um dos principais diferenciais das EEMTI, nela o estudante tem até cinco tempos eletivos semanais que tem por objetivo flexibilizar

¹ Institui a consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio. <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-399-2023-03-08.pdf>

² Suspende os prazos em curso da Portaria MEC n° 521, de 13 de julho de 2021, que instituiu o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-627-2023-04-04.pdf>

e diversificar o currículo, oportunizando que ele possa construir um itinerário formativo personalizado, de acordo com seus interesses e seu projeto de vida.

No que se refere às escolas profissionais (EEEP), semelhante às EEMTIs, também oferecem educação em tempo integral, porém elas possuem como sua característica principal a integração do ensino médio à formação profissional de nível técnico. Esse modelo pretende qualificar o estudante para ingressar no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, habilitá-los a concorrer às vagas para o ensino superior.

O EM profissional em si já comporta uma série de especificidades que o diferencia do ensino regular e de outras modalidades, a dupla certificação, a experiência do estágio que o aproxima do mercado de trabalho, o sistema de seleção que coloca o estudante em um patamar diferenciado de distinção frente a outras instituições. São inúmeras diferenças que fazem com que o ensino médio profissional possua um certo “status” dentro da rede de ensino do Ceará. É esse estudante dito “diferenciado” que o presente trabalho ouviu para compreender o que o ensino médio profissional representa para eles, estudantes das turmas do 2º ano das cinco escolas profissionais da região do Maciço de Baturité. A escolha das turmas para a aplicação da pesquisa, se deu em virtude de as turmas do 2º ano já estarem funcionando sob o domínio do Novo Ensino Médio.

1.1 Justificativa e metodologia

Como professora da rede pública desde 2019, nunca estive lotada em outra escola que não fosse nas Escolas Profissionais, ou como são popularmente conhecidas as “EP’s”. Egressa da universidade diretamente para atuar no universo considerado, por meus pares, “diferenciado” dessas escolas, sempre me inquietou o fato dos estudantes ao adentrarem aqueles muros, e ali permanecerem por três anos acabassem saindo de lá sem o devido entendimento do real significado daquela etapa. A percepção é que os discursos e narrativas propostos pela escola e difundidos repetidamente por nós professores sobre a importância dos resultados, sobre os deveres do estudante perante a escola e a sociedade não dão conta do que de fato aquela etapa realmente significa e toda complexidade que ela carrega.

É notório que muitos estudantes cursam o ensino médio com o objetivo de adquirir conhecimentos que lhes permitam ingressar em uma universidade ou melhor se preparar

para o mercado de trabalho, eles esperam que a escola lhe forneça um nível adequado de conhecimentos que no futuro lhes permitam conseguir um emprego estável, proporcionando-lhes uma condição financeira e social melhor.

No contexto atual, o trabalho aqui proposto tem sua relevância alicerçada na necessidade observada em sala de aula acerca do modelo de ensino proposto pelas escolas profissionais e como esse modelo é apropriado e ressignificado pelos estudantes que ali se encontram. Estudantes que por muitas vezes são colocados à margem do debate, de modo que muitas vezes não se reconhecem como elemento constituinte de todo o processo que envolve o significado do ensino médio profissional no Brasil.

Os fatores que envolvem o debate sobre o ensino médio profissional envolvem diferentes dimensões tais como, as condições oferecidas pelas instituições, as políticas educacionais, a conjuntura econômica, social e política existente. É imprescindível o reconhecimento acerca de sua identidade, sua expansão e obrigatoriedade, o que ele representa para a juventude, o papel do docente e o próprio caráter da escola alcancem todos atores sociais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem e não somente aqueles que se encontram em lugares de privilégio para o debate.

Ao refletir sobre essa problemática, busquei entre os materiais didáticos propostos pela escola para as aulas de formação para a cidadania e projeto de vida, bem como nas orientações curriculares para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, ferramentas que possibilitassem um debate sociologicamente orientado entre os estudantes do que seria o ensino médio profissional e como ele se construiu historicamente, entretanto, não obtive o êxito desejado.

Durante a pesquisa bibliográfica, um trabalho importante encontrado foi o apresentado por Ferreira (2020) no qual o autor constata que os livros didáticos de Sociologia propostos pelo programa nacional do livro didático (PNLD) nas edições de 2012, 2015 e 2018 não contemplam a discussão sobre a função da escola, tanto como instituição social que transmite e reproduz valores, normas e conhecimentos, como também um espaço de sociabilidades, onde se processam diversas relações sociais. Segundo o autor, a temática função social da escola é posta à margem de qualquer debate, o que inclui o sentido das etapas escolares em todas as suas particularidades.

De todos os 13 livros analisados, apenas um dedicava um capítulo específico sobre educação escolar, levando em conta apenas o caráter socializador da

instituição de ensino, menosprezando, assim, as ricas interações que ocorrem dentro dos muros das escolas. (FERREIRA, 2020, p.12).

A partir disso, a proposta que executei ao longo do Profsocio visou, em primeiro momento, realizar uma pesquisa que teve por objetivo traçar um perfil dos estudantes das escolas profissionais da região do Maciço de Baturité, estudantes do segundo ano porque já se encontravam no regime do novo ensino médio (NEM), tendo em vista que sua implantação se iniciou em 2022. Essa pesquisa visava também conhecer o que eles pensam sobre a escola e o sentido que essa etapa assume na formulação dos seus projetos de vida.

Foi também realizada uma pesquisa bibliográfica que contemplou temas como o ensino médio no Brasil, o ensino médio integrado e o modelo das escolas profissionais implantado no Ceará. Esse trabalho de pesquisa teórica e empírica visa a produção de um plano de ensino que tem como objetivo contribuir para diminuição da escassez de materiais didático-pedagógicos que promovam uma reflexão sobre essa etapa tão dinâmica e conflituosa que é o ensino médio, especificamente o ensino médio profissional.

Como professora da rede pública estadual, atuando em escolas profissionais desde 2019, percebo que o debate em torno da identidade e da finalidade do ensino médio profissional não chega aos estudantes da forma como deveria, os estudantes não se reconhecem dentro do processo de organização, estruturação ou implementação. O que de fato chega nas escolas é somente o resultado de um processo verticalizado, em que os estudantes são meros espectadores, inseridos dentro de algo pronto, como se estivessem dispostos apenas a consumirem o que lhes é ofertado de maneira passiva.

Em resumo, a pesquisa foi realizada em duas etapas: a primeira compreendeu a realização de uma pesquisa com os estudantes das segundas séries das cinco escolas profissionais atendidas pela 8ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação-CREDE 08. A segunda etapa consistiu na elaboração da proposta de plano de ensino para o professor

A Crede 08³ tem sua área de atuação nos 13 municípios que compõem o Maciço de Baturité (Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga,

³ Cabe a essa coordenadoria um conjunto de atribuições, dentre as quais podemos destacar: coordenar a implementação e execução de políticas e diretrizes educacionais na sua área de atuação, voltadas para a expansão e melhoria da educação da rede pública de ensino; garantir a oferta e qualidade dos serviços

Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção) funcionando como uma espécie de braço da SEDUC.

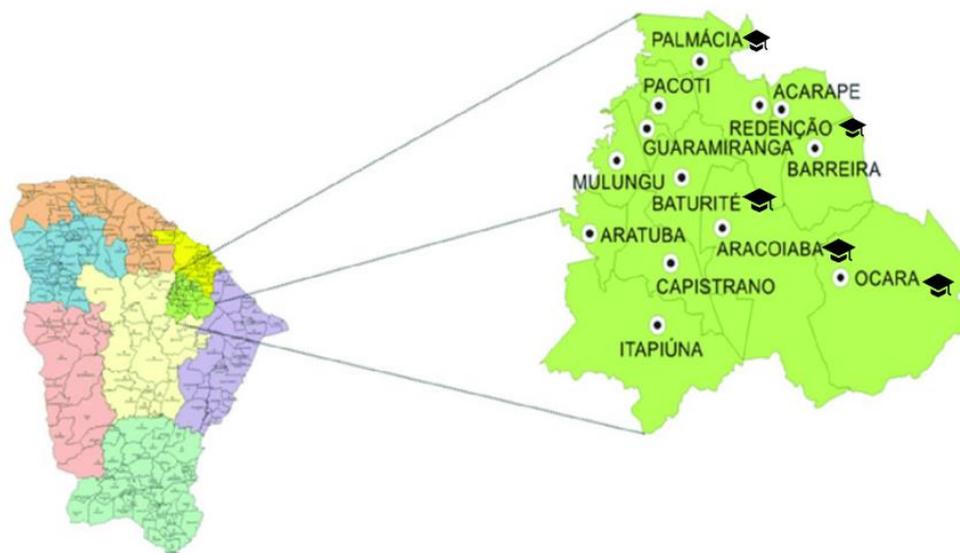


Figura 1: Mapa da região do Maciço de Baturité com municípios e localização das escolas profissionais pesquisadas.

A pesquisa realizou-se de forma presencial entre os meses de fevereiro e março de 2023, através da aplicação de um questionário semiestruturado contendo 35 perguntas, divididas em três blocos que compreendiam as seguintes partes: perfil do respondente; juventude, escola e trabalho; ensino médio profissional.



Figura 2: Aplicação dos questionários na EEEP de Baturité em 02 de março de 2023.

Fonte: arquivos pessoais.



Figura 3: Aplicação dos questionários na EEEP de Redenção em 10 de março de 2023.

Fonte: arquivos pessoais

públicos, no âmbito da gestão de recursos humanos, financeiros, patrimoniais, conforme a legislação vigente.

A escolha metodológica, pelo questionário semiestruturado em forma de formulário eletrônico, deu-se em virtude da necessidade de se atingir um número maior de respondentes, tendo em vista que as escolas se localizam em distintos municípios, distantes um do outro.

As escolas visitadas foram:

1. EEEP Adolfo Ferreira de Sousa localizada na cidade de Redenção que atualmente oferta os cursos de administração, desenvolvimento de sistemas, enfermagem e informática e ainda conta com uma turma de comércio que está para finalizar o ciclo de oferta na escola;
2. EEEP Doutor Salomão Alves de Moura em Aracoiaba que oferta os cursos de administração, desenvolvimento de sistemas, edificações, massoterapia e está finalizando os ciclos de mais dois cursos que são de informática e redes;
3. EEEP Clemente Olhinto Távora Arruda em Baturité que oferta os cursos de administração, agronegócio, contabilidade e informática;
4. EEEP Maria Môsa da Silva em Ocara ofertando os cursos de administração, agropecuária, informática e nutrição e dietética, estando para finalizar os cursos de comércio e contabilidade;
5. EEEP Maria Giselda Coelho Teixeira em Palmácia que oferta os cursos de administração, guia de turismo, redes de computadores e segurança do trabalho.

Foram realizadas duas visitas a cada escola, a primeira se deu para apresentação da pesquisa ao gestor da unidade escolar e solicitação de autorização para a aplicação presencial dos questionários, bem como solicitar a utilização dos laboratórios de informática ou línguas. Na EP de Aracoiaba, uma das ferramentas utilizadas para aplicação dos questionários foram os tablets que os estudantes receberam do governo do Estado durante o período de aulas remotas, vivenciados por ocasião da pandemia de covid-19. Os tablets foram um instrumento bastante eficiente, pois as aplicações puderam ser realizadas nas próprias salas de aula dos estudantes, sem a necessidade de conduzi-los até os laboratórios, nas outras escolas foram utilizados os laboratórios de informática.

Após a aplicação dos questionários os dados foram analisados através do software SPSS, com o apoio do projeto: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC-EM, através da bolsista Maria Izabelly de Lima e do coordenador Prof. Dr. Francisco Willams Lopes Ribeiro.

O trabalho aqui descrito está dividido em quatro partes: uma introdução onde está relatada a gênese da pesquisa, suas aspirações, inquietações e a forma como foi possível realizá-la; a segunda parte consiste no estado da arte, onde se faz um aprofundamento teórico acerca do histórico do ensino médio no Brasil e da educação profissional; a terceira parte trata-se de uma descrição e análise dos dados coletados na pesquisa de campo; a quarta parte é a que consiste em um plano de ensino para o professor onde será possível discutir sociologicamente o que é o ensino médio profissionalizante e que possíveis significados ele assume para cada estudante envolvido.

Importante ressaltar que o material proposto é um material que parte de uma orientação sociológica, que poderá ser utilizado nas aulas de Sociologia, mas que também poderá ser utilizado em outros componentes curriculares. O tema abordado vem a questionar a funcionalidade da própria escola, bem como demais questões de ordem pública que dizem respeito aos estudantes, na medida em que os coloca em destaque, na posição de agentes sociais atuantes, conscientes de seu papel dentro do sistema educacional e enquanto agente ativo na construção de políticas públicas educacionais e curriculares.

2. ENSINO MÉDIO E ENSINO MÉDIO PROFISSIONAL

O ensino médio é uma etapa da educação formal que sucede o ensino fundamental e antecede o ensino superior. Ele é voltado para jovens adolescentes, geralmente com idades entre 15 e 17 anos. No Brasil, assim como em muitos países, o ensino médio é obrigatório e embora ele tenha passado por inúmeras reformas e delimitação de finalidades de forma mais geral, ele tem por objetivo proporcionar uma formação geral ao estudante através de um currículo que inclui uma variedade de disciplinas, como línguas, matemática, ciências naturais, ciências sociais e humanas, educação física e artes. Isso visa fornecer uma base ampla de conhecimentos e habilidades.

Essas habilidades contribuem de maneira significativa para preparar esse jovem para o exercício da cidadania e o mercado de trabalho. Em alguns sistemas educacionais, o ensino médio também oferece cursos técnicos ou profissionalizantes, que capacitam os alunos com mais possibilidade de ingressarem diretamente no mercado de trabalho após a conclusão dessa etapa.

Além de capacitar para o mercado de trabalho, o ensino médio também torna o estudante apto para o ingresso em instituições de ensino superior, fornecendo os conhecimentos e habilidades necessárias para o sucesso em exames de admissão e na vida acadêmica.

É importante pontuar que o ensino médio é uma fase crucial para o desenvolvimento pessoal e social dos jovens, ajudando-os a desenvolver habilidades de pensamento crítico, resolução de problemas, comunicação e trabalho em equipe.

É indubitável essa importância do ensino médio na vida do jovem, pois ele demarca uma fase de inúmeras transformações em que o estudante é cotidianamente confrontado com questões que envolvem sociabilidades, planejamento de carreira, mudanças que envolvem tanto as dimensões individuais como as dimensões coletivas, assuntos de ordem afetiva, familiar, cultural que moldam as subjetividades desse jovem.

Neste sentido, é importante que o jovem estudante desenvolva a compreensão sociológica que a escola e o sistema de ensino são estruturas socialmente construídas, que são diretamente afetadas pelos movimentos que a sociedade realiza, o sistema como um todo é afetado pelas ações coletivas dos grupos em torno das demandas educativas. É significativo o reconhecimento que a escola é uma importante categoria na conformação das particularidades e característica da sociedade, bem como na reprodução e resignificação do tecido social.

2.1 Ensino médio no Brasil

O EM no Brasil é um dos temas mais complexos e controversos que existem em se tratando do sistema educacional brasileiro. As múltiplas dimensões e os diferentes atores sociais que o envolvem tornam esse debate um campo de tensões e conflitos que perpassam todas as suas camadas. Afinal de contas, qual o propósito do EM? O que ele representa de fato para os estudantes que vivenciam essa etapa? Em que medida os estudantes compreendem o que essa etapa significa historicamente e que caminhos foram percorridos até chegar no modelo em que estão inseridos? Seja na perspectiva da etapa subsequente ao ensino fundamental e assim se configurando com um continuum curricular e aprofundamento dos conteúdos que visam a preparação do estudante para acessar o ensino superior, ou ainda como qualificação para o mercado de trabalho e exercício pleno da cidadania, é inegável a sua importância na vida do jovem brasileiro na ampliação das suas capacidades cognitivas e socioemocionais.

O EM consiste em uma etapa da formação educacional do jovem brasileiro que é atravessada por inúmeros debates que envolvem aspectos políticos, pedagógicos e ideológicos. São atravessamentos polêmicos que geram campos de disputas e tensões sobre a sua identidade, o acesso e a permanência e a qualidade do ensino oferecido. Krawczyk (2011) afirma que o EM nunca teve uma identidade muito clara, que não fosse o trampolim para a universidade ou a formação profissional.

Desde a emenda constitucional n. 59/2009, a obrigatoriedade da educação básica foi estendida para os alunos da faixa etária do ensino médio, entre 15 e 17 anos. A partir disso, o sistema educacional brasileiro procurou ampliar a discussão sobre como atender essa demanda expansiva de maneira adequada. Dentre os principais desafios pode-se apontar a questão curricular, que significa que tipos de conhecimentos os alunos que frequentam essa etapa escolar devem mobilizar no final de seu ciclo; problemas de evasão, que em parte são frutos de uma crise de legitimidade da escola que está permeada pela redução da utilidade social dos diplomas; e a motivação e os sentidos do que a escola representa para o aluno (KRAWCZYK, 2011).

A discussão sobre o EM permite várias conjecturas ou abordagens, pode-se analisá-lo quanto a fatores que envolvem sua própria identidade e suas finalidades, bem como a partir do público alvo. A respeito das finalidades é importante a percepção acerca dos discursos institucionais embasados na legislação vigente e como ele é apropriado

pelos atores sociais envolvidos no processo, no caso específico do trabalho aqui apresentado, pelos estudantes. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB (lei 9.394/96) e suas modificações, que determinam os princípios e finalidades para o EM, nem sempre vai estar em consonância ou alinhados com as aspirações dos jovens.

Desde a década de 90, em meio a uma infinidade de preocupações que envolviam a necessidade do prolongamento da escolarização ocasionadas pelas mudanças no mercado de trabalho e novas demandas para a vida em sociedade, iniciou-se um processo de reforma educacional que tinha como principal objetivo expandir e melhorar a qualidade do ensino ofertado. A LDB de 96 determinou que o ensino médio deve fazer parte da educação básica, dessa forma o Estado assumiu o compromisso de assegurar a oferta dessa etapa de ensino, proporcionando aos jovens maiores oportunidades de acesso ao ensino superior, a possibilidade de alcançarem novos postos de trabalho e a capacidade de um exercício integral da sua cidadania.

No que se refere a LDB (BRASIL,1996) o artigo 35 estabelece que:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Com base nessas finalidades fica estabelecido que a escola e o EM são os responsáveis pela formação geral do aluno, formação essa que deverá promover e estimular o pleno desenvolvimento das capacidades sociocognitivas do estudante. A formação do estudante terá como princípio a otimização da sua capacidade de raciocínio, argumentação, a possibilidade de aprender e criar continuamente; tudo isso por meio de uma aprendizagem contextualizada que leve em conta as suas experiências e vivências, que não esteja alicerçado em um modelo de educação que preza pela memorização e simples acúmulo de conteúdo.

Historicamente, a escola sempre esteve conectada com as demandas advindas do mercado de trabalho, desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971 (lei 5.692/71)

que reconhecia que a formação básica do estudante se daria no ensino de 1º grau e que o 2º grau estava destinado ao reconhecimento e formação para o mundo do trabalho. Importante ressaltar que a LDB de 1971 tinha entre seus objetivos transformar o ensino médio em ensino profissionalizante e, dessa maneira, contribuir com as demandas pela profissionalização técnica, gerando também uma diminuição na procura por vagas em cursos superiores.

Observa-se uma diferença crucial entre as duas leis de diretrizes e bases da educação, a de 1971 e a de 1996, no que tange aos objetivos da educação profissional. Atualmente, educação básica e educação profissional convergem nos modelos de formação, com um modelo curricular flexibilizado e abrangente, tanto para quem já está se inserindo no mercado de trabalho, quanto para quem irá se inserir posteriormente. As novas concepções propostas pela LDB de 96 permitem a superação da dicotomia entre a formação geral e a formação para o trabalho. No que se refere à formação profissional, é importante ressaltar que com a globalização e as dinâmicas mercadológicas cada vez mais sofisticadas é imprescindível que a escola garanta competências como criatividade, capacidade de resolução de conflitos, responsabilidade, liderança e autonomia.

A discussão sobre o EM e tudo o que ele representa consiste em um território de disputas, que além de um projeto educacional, diz respeito a um projeto de sociedade (ARROYO, 2013). Nos últimos anos, uma série de reformas foram discutidas, propostas, aprovadas e implantadas com vistas a garantir que um determinado modelo de sociedade se ampliasse e se consolidasse ainda mais.

Em se tratando das reformas propostas e aprovadas, os estudantes, os docentes e os demais atores sociais comprometidos com um projeto de educação libertária e transformadora, têm enfrentado uma série de dificuldades na tentativa de garantir que o EM continue assumindo o compromisso que a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/1996) lhe atribui, que é garantir a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, a preparação básica para o trabalho e a cidadania, bem como o pleno desenvolvimento de sua autonomia intelectual e pensamento crítico.

Atualmente, o debate acerca do ensino médio gira em torno das reformas e contrarreformas do chamado Novo Ensino Médio-NEM, que enquanto modelo de ensino projeta em seu discurso, mas não em sua efetividade, uma infinidade de benefícios para

o seu público alvo, como a valorização dos interesses individuais, conhecimentos, expectativas e projetos pensados pelas juventudes, pleno desenvolvimento do protagonismo e do espírito de liderança, a oferta de modelos de convivência que levam em conta a pluralidade do que é ser jovem, um currículo que acompanhe as dinâmicas contemporâneas e a flexibilização que o capitalismo globalizado exige.

A recente Lei nº 13.415/2017 reformulou a Lei nº 9.394/1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no que diz respeito ao Ensino Médio, ampliou a carga horária escolar para 1.400h (mil e quatrocentas horas), de forma progressiva, assim devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos 1.000h (mil horas) anuais. Além disso, instituiu uma subdivisão curricular entre Formação Geral Básica (FGB) e Itinerários Formativos (IF).

Em se tratando do movimento de reforma do ensino médio e seus desdobramentos, Ribeiro (2022) aponta que a emergência do debate se deu em torno das problemáticas que envolviam duas questões: uma que envolve a fragmentação curricular e a outra diz respeito a atender as demandas oriundas das juventudes brasileiras, que são o público atendido pelas instituições escolares. A última questão diz respeito essencialmente a discutir que modelo de ensino médio se enquadraria e atenderia as necessidades das juventudes e quem são esses jovens que estão nas escolas. Ou seja, quem são as pessoas que estão por trás das mais de nove milhões de matrículas realizadas no ano de 2004, período em que se iniciaram os debates e seminários em torno da proposta de reformulação do ensino médio. Neste período, Ribeiro (2022) mostra que o debate girava em torno de um novo currículo para as juventudes brasileiras.

Um currículo mais integrado e potente no sentido de enfrentar a cultura do ensino para a memorização pura e simples de conceitos atrelados à seleção para o ensino superior. Buscava-se, também, encontrar respostas aos anseios e às necessidades dessa juventude tão diversa e desigual que passa a adentrar o sistema escolar, e para quem a velha dualidade entre preparar para o vestibular ou para o trabalho não traria respostas. (RIBEIRO, 2022, p. 01)

Desde então, diversos acordos, propostas e diretrizes foram feitos, tais como: novas diretrizes curriculares, programas como o ensino médio inovador, o pacto pelo fortalecimento do ensino médio a nível nacional e a implementação do ensino médio integrado à educação profissional ou como é chamado o Ensino Médio Integrado.

A reforma do ensino médio no Brasil, ainda em discussão em 2024, tem como objetivo principal modernizar e flexibilizar a educação para atender às necessidades dos

alunos e do mercado de trabalho. Os principais pontos dessa reforma contemplam a implementação de um currículo flexível, no qual os alunos teriam a oportunidade de escolher parte do percurso curricular de acordo com seus interesses e objetivos futuros. O currículo é dividido em uma parte comum obrigatória e outra parte diversificada, nesta última os alunos escolhem quais seriam seus itinerários formativos.

Os itinerários são conjuntos de disciplinas agrupadas por áreas de conhecimento ou formação técnica e profissional. As principais áreas incluem: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnica e Profissional. É importante destacar que a escolha pelos itinerários formativos se faz a partir da oferta daqueles disponíveis, pois a rede estadual de ensino não é obrigada a ofertar todos os itinerários. Importante pontuar que essa possibilidade de escolha facultada ao estudante, é falaciosa na medida em que cada sistema de ensino é responsável pela oferta de um ou mais itinerários formativos e dos componentes curriculares e não será factível afirmar que o jovem terá suas preferências atendidas nessa seleção. A participação estudantil não é contemplada no processo de escolhas dos itinerários oferecidos pela escola, a decisão sobre a oferta já terá sido realizada e não terá sido pela juventude. Algumas escolas podem chegar a oferecer apenas um itinerário formativo e esses serão um fator limitante, pois o estudante terá que cursar o que foi previamente escolhido pela escola e não o que lhe agrada.

A última reforma proposta também traz mudanças no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que seria adaptado para refletir o novo formato do ensino médio, avaliando tanto a base comum quanto os itinerários formativos escolhidos pelos alunos. Outro ponto seria o aumento da carga horária mínima do ensino médio, com o objetivo de ampliar o tempo de aprendizagem e aprofundamento dos conteúdos e a implementação do Projeto de Vida, uma atividade que visa ajudar os alunos a refletir sobre seus objetivos pessoais e profissionais, visando suas trajetórias futuras. Essas mudanças teriam como objetivo proporcionar uma educação personalizada e atrelada às demandas contemporâneas, preparando os jovens para os desafios do século XXI.

O cenário que se construiu apresentava uma série de proposições que em teoria trariam inúmeros benefícios, porém, quando se parte para a prática o que se apresenta é um cenário problemático, que contempla: a falta de debate com os diferentes segmentos sociais, o esvaziamento dos conteúdos das disciplinas, a precária realidade material das

unidades escolares para implantação dos itinerários formativos, material didático insuficiente e precarizado, escassez na capacitação das equipes escolares (diretores, coordenadores e professores) para que a implementação se dê da forma adequada, dificuldade no aprofundamento dos conteúdos com os estudantes, questões que envolvem a interdisciplinaridade, bem como questões relacionadas à recomposição das aprendizagens, processo esse que se refere a estratégias metodológicas e curriculares que visam sanar os déficits deixados pelo período de aulas remotas em virtude da pandemia de covid-19.

Outro ponto importante a se ressaltar é que a implementação da reforma foi realizada sem o diálogo com os docentes ou os estudantes, sendo seus interlocutores principais as representações empresariais que acabam por dar uma conotação conservadora, liberal e mercantilizada às propostas em processo de implementação, ausentes de elementos capazes de promover a inovação e a qualificação dessa etapa da educação básica.

Importante salientar que essas reformas não passaram de modo algum despercebidas pelos estudantes, eles se encontravam atentos e organizados politicamente, lutando para garantir uma educação de qualidade.

Esse processo, porém, não passou sem que houvesse muita resistência. Da parte de estudantes, sobretudo secundaristas, o país assistiu a um amplo movimento de ocupação de prédios públicos. No ápice do movimento, aproximadamente 1.400 instituições educacionais ficaram sob gestão estudantil. (FERREIRA; SILVA, 2017, pág.288)

Porém, antes mesmo da reforma do ensino médio, pode-se dizer que o EM já possui diferentes configurações e identidades, algumas claramente visando atender um projeto de governo e de sociedade conduzido pelas demandas do capitalismo; outras vezes, o direcionamento das políticas públicas educacionais mostra um vislumbre de um projeto de educação libertária, que tem como objetivo uma sociedade justa e igualitária.

Importante pontuar que o mercado de trabalho contemporâneo, fortemente amparado pelas novas tecnologias da informação, não garantem ao jovem amplo acesso às oportunidades de inserção no mundo do trabalho. Ainda hoje persistem entre os jovens problemas concretos e estruturais como desemprego, precarização do trabalho e a informalização. A escola por ela mesma não tem dado conta de resolver problemas estruturais que demandam um esforço coletivo mais profundo. A escola como demonstrou Bourdieu (2013) possui a capacidade de promover, reproduzir e legitimar

uma série de desigualdades sociais, inclusive de classes, fazendo uma distinção clara e hierarquizada dos diferentes níveis de capital cultural entre os estudantes.

Não é por acaso que Bourdieu atribui à escola a função de perpetuação das desigualdades sociais. Negar as contradições do sistema é negar a pluralidade existente no chão da escola e aceitar uma suposta equidade formal da escola e do sistema que a regula. Segundo Bourdieu (2015) a escola ao ignorar as desigualdades culturais das diferentes classes sociais segue favorecendo os mais favorecidos e desfavorecendo os desfavorecidos.

Quando o EM enquanto etapa escolar segue como tentativa de nivelamento e homogeneizando o currículo e as práticas escolares, ele deixa de considerar as particularidades e as necessidades individuais e coletivas dos grupos sociais que compõem a comunidade escolar. O estudante que não se adequa às pedagogias praticadas pela escola e não internaliza os ideais objetivados da instituição escolar são sumariamente julgados e desvalorizados. Bourdieu (2015) aponta que essa prática se manifesta no tratamento de desvalorização e julgamento que acontece, inclusive, pelos educadores. Profissionais do magistério que não possuem o discernimento e a ética necessários para fazer uma análise mais aprofundada das condições do estudante e utilizam uma régua medidora engessada para decidir quais alunos são bons e quais alunos são ruins. E essa classificação é determinante nas aspirações que os jovens percebem sobre si mesmos.

O que Bourdieu aponta é que a cultura escolar é um espelho da cultura de classe, e que estudantes que estão fora do círculo das elites, só adquirem determinados conhecimentos e comportamentos com um esforço a mais. O sistema garante que uma determinada cultura, que é oferecida aos mais privilegiados desde o nascimento, se torne o ideal alcançável de toda uma sociedade que é múltipla em sua composição e onde a posse dos bens materiais é a mais assimétrica quanto possa ser.

Bourdieu (2015) infere ainda outros elementos que perpetuam a manutenção da ordem social vigente pelo sistema escolar, tais como o uso da linguagem acadêmica, como veículo de propagação de um saber erudito, elitizado e restrito aqueles que fazem parte de dentro do grupo; a massificação do ensino na medida em que o próprio sistema cria seus mecanismos de proteção, hierarquizando as massas e restringindo suas aspirações; o mito da meritocracia, atribuindo ao indivíduo (distinção de qualidade) e a chave para o

sucesso ou o fracasso social, quando essa na verdade se origina em condições coletivas mais complexas (diferenças econômicas e sociais).

Bourdieu (2015) assume que existe uma ordem social vigente que concede à escola e a sua estrutura político-pedagógica o poder de manter e reproduzir uma estrutura que cria um abismo socioeconômico consistente, perverso e danoso. Nessa perspectiva, dissemina-se a ideia que a escola e o EM, enquanto etapa, possuem a responsabilidade de corrigir algo que não se origina nela.

A educação, seus processos e etapas, é por excelência um constructo social e coletivo. A escola em si mesma é a principal reprodutora dos valores, epistemologias e modo de vida de cada sociedade, o que ela transmite é primeiramente organizado, objetivado e legitimado por um grupo social que torna os objetos de conhecimento escolares carregados de uma intencionalidade positivada e alinhada aos seus próprios valores. Esses valores não se restringem somente ao campo científico. Ao contrário, eles irradiam para todas as dimensões da vida em sociedade, moldando padrões e ajustando condutas.

A abrangência do que é a educação no Brasil e seus significados perpassa a própria existência da sociedade brasileira. A situação histórica do ensino médio brasileiro é profundamente marcada por problemas antigos como a fragmentação curricular, por exemplo, que as políticas de reformas educacionais ainda não deram conta de resolver. Além das questões identitárias que incluem a indefinição entre as funções propedêuticas e profissionalizantes, essas últimas indefinidas até os dias atuais.

“A resposta do nosso educador nos permitiu entender que não havia propriamente, um “emaranhado de interpretações” sobre o 2º. Grau, mas sim a falta de equacionamento do real problema. Saviani foi claro: o “nó” que precisaria ser desfeito implicava superar seu histórico caráter “pendular” decorrente da indefinição de sua função. Se essas eram claras para os 1º e 3º graus, o mesmo não ocorria com o 2º, que visava, ora preparar para o prosseguimento de estudos – a chamada função propedêutica – ora à terminalidade, mediante função profissionalizante. Tal indefinição expressava como a sociedade via a articulação entre trabalho e educação.” (RAMOS, 2021)

No decorrer do tempo, diversos autores discutiram políticas e estratégias de superar problemas que se encontram na própria estrutura que sustenta a educação brasileira, dentre eles Dermeval Saviani. Ramos (2021) argumenta que essas questões não resolvidas ao longo do tempo contribuíram para a atual crise de ultra conservadorismo na política educacional do país. A autora destaca a relevância do pensamento de Dermeval Saviani como uma resposta crítica a essa conjuntura. Saviani é conhecido por sua abordagem

pedagógica histórico-crítica, que enfatiza a educação como prática social e a formação integral dos estudantes. Ramos analisa como as ideias de Saviani oferecem uma alternativa à tendência ultraconservadora, propondo uma educação que não apenas transmita conhecimentos, mas também promova a reflexão crítica e a participação cidadã.

Diante dos desafios contemporâneos, como a polarização política e a desigualdade educacional, é urgente resgatar e aplicar os ensinamentos de Saviani para orientar uma reformulação progressista das políticas educacionais brasileiras. É importante que se reitere sempre uma abordagem educacional fundamentada em base teórica sólida para enfrentar os problemas estruturais e ideológicos que permeiam o sistema educacional do Brasil, construindo um caminho para uma educação mais inclusiva, crítica e socialmente relevante no país.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação ou Lei nº 9.396/96 é quem delimita e determina a organização da educação no Brasil, ela divide a educação em dois níveis: básica e superior. A educação básica se divide em três etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A educação infantil se divide em duas fases: creche e pré-escola e o ensino fundamental também se divide em duas fases: anos iniciais e anos finais. O Ensino Médio tem a duração de três anos e é dividido em séries, 1ª série, 2ª série e 3ª série. Quanto às modalidades de ensino elas podem ser: educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e tecnológica, educação do campo, educação escolar indígena, educação escolar quilombola, educação a distância.

O público alvo do trabalho aqui apresentado são estudantes que cursam o ensino médio técnico integrado que consiste em uma modalidade de educação profissional, em que os estudantes cursam de forma integrada o ensino médio e o curso técnico de uma só vez, garantindo assim dupla formação em uma única matrícula, assim, os estudantes saem dessa etapa com um certificado que contempla a conclusão do ensino médio e do nível técnico no mesmo documento.

2.2 Ensino médio profissional

As mudanças sociais não se restringem somente àquelas promovidas pelos governos, elas se processam em diferentes dimensões, entretanto é inegável a importância das dinâmicas promovidas pelo Estado para a construção da vida em sociedade. A escola é

um dos locais mais afetados por essas dinâmicas, a escola tanto é afetada pelas transformações econômicas, sociais e culturais, quanto é alvo das políticas públicas promovidas pelo Estado.

Nesse sentido, é na escola e na forma de sua organização que se elaboram as principais construções a respeito do desenvolvimento da juventude, seja quanto a sua socialização, quanto a sua perspectiva de carreira.

A educação profissional e o ensino médio são campos de enfrentamento de concepções. No processo de escolarização, esta modalidade de ensino (profissional) e este nível (médio) são historicamente definidos na legislação educacional como etapa de preparação para o trabalho. A educação profissional, embora frequentemente analisada separada das demais etapas da educação básica, se constitui em relação com esta, principalmente quando interrogamos o ensino técnico de nível médio. Muito embora os jovens das classes populares conciliam emprego e estudo, é nesta etapa da escolarização que os jovens podem encontrar mais definitivamente as oportunidades de formação profissional e adquirirem a qualificação necessária a determinados postos de trabalho, o que pode orientar sua trajetória profissional. (SOUSA, 2013, p.43)

É fundamental que as análises sobre a educação profissional não percam de vista sua relação com o desenvolvimento particular do capitalismo no Brasil. Neste sentido, é importante se compreender como, historicamente, a articulação entre dependência externa e a superexploração do trabalho no Brasil tende a limitar a resolução dos problemas basilares da população, dentre eles a democratização do acesso à educação e à formação profissional.

A educação profissional no Brasil, segundo Moura (2007) tem suas origens “por volta do séc. XIX, em 1809, com a promulgação de um decreto do príncipe regente, D. João VI, criando o colégio das fábricas” (2007, p.15), entre outros estabelecimentos que tinham por objetivo ofertar uma espécie de assistência aos mais necessitados da época, o que ao longo dos anos foi se modificando frente à necessidade de modernização e industrialização do país.

Durante o período Vargas-Dutra frente ao processo de consolidação e modernização econômica que o país atravessou podemos citar a criação do sistema “S”, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial-SENAC (1942-1946). Santos (2017, p.33) pontua que a educação técnica e profissional foi defendida também no manifesto dos pioneiros da educação nova de 1932. Santos (2017) mostra em seu trabalho a tensão existente entre ensino propedêutico e ensino profissional:

É importante lembrar que o ensino profissionalizante fora por muito tempo colocado de um lado e o propedêutico de outro, sendo reconhecidos socialmente com níveis de importância diferentes, dentro de uma perspectiva dual de ensino. Na Reforma Capanema, por exemplo, o ensino profissionalizante foi oficialmente direcionado às massas e o ensino médio normal e/ou científico às elites (AUR, 2010). Numa tentativa de superação dessa separação, já no período dos governos militares, surge, por exemplo, a Lei nº 5.692 de 1971 que estabeleceu uma integração formal dos modelos. Segundo Aur (2010) os resultados dessa lei não foram satisfatórios, pois a medida acabou por descaracterizar o então ensino secundário e pôs a educação técnica no lugar de um ensino propedêutico. Essa lei foi revogada em 1982 e tal proposta de integração não representa o entendimento político e pedagógico da proposta de ensino médio integrado de hoje, como afirma o Parecer nº 39/2004 CNE/CEB logo em seu início.(SANTOS, 2017, p.33)

O Parecer CNE/CEB nº 39/2004, aprovado em 08 de dezembro de 2004, diz respeito a aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Este parecer foi elaborado pelo Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) com o objetivo de esclarecer e normatizar a integração entre o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio, conforme estabelecido pelo Decreto nº 5.154/2004.

Seus principais pontos dizem respeito a importância da integração entre o ensino médio e a educação profissional, permitindo que os estudantes obtenham uma formação ampla que inclua tanto conhecimentos gerais quanto específicos de uma profissão. Essa formação integrada visa proporcionar aos alunos competências que lhes permitam ingressar no mercado de trabalho ao mesmo tempo em que continuam sua formação acadêmica. O parecer também orienta que a organização curricular das escolas deve ser flexível para atender as necessidades dos alunos e do mercado de trabalho, as instituições de ensino devem criar projetos pedagógicos que integrem as disciplinas do ensino médio com os cursos técnicos, sem sobrecarregar os estudantes.

O parecer CNE/CEB nº 39/2004 enfatiza a necessidade de articulação entre as escolas e o setor produtivo para garantir que a formação técnica esteja alinhada com as demandas do mercado de trabalho e que a parceria com empresas pode incluir estágios e outras formas de integração prática dos estudantes no ambiente profissional.

O Parecer CNE/CEB nº 39/2004 se mostra relevante porque oferece uma base normativa para que as escolas implementem de forma eficaz a integração entre o ensino médio e a educação profissional técnica. Isso tem um impacto direto na qualidade da formação dos estudantes, ampliando suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho. A aplicação do Decreto nº 5.154/2004, conforme orientado pelo Parecer

CNE/CEB nº 39/2004, é fundamental para garantir uma formação completa e integrada para os alunos do ensino médio. Ao combinar educação geral com formação técnica, os estudantes estão mais preparados para enfrentar os desafios do mercado de trabalho contemporâneo e continuar seus estudos em níveis superiores.

A partir da constituição de 1988 e especificamente, após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, Lei 9.394/96 com a instituição dos dois níveis educacionais brasileiros (básica e superior), a educação profissional e o ensino médio integrado foram assumidos como políticas públicas educacionais no Brasil.

O ensino médio integrado é uma modalidade da educação profissional em que os estudantes, por meio de matrícula e certificação únicas, realizam o ensino médio e o curso técnico de sua escolha juntos.

Trata-se de um tipo de ensino técnico profissionalizante integrado ao ensino médio com uma proposta inovadora com relação ao antigo decreto 2208/97, que regulamentava a educação profissional e determinava que a educação profissional de nível técnico tinha organização curricular própria e independente do ensino médio. Na modalidade integrada o aluno faz um curso único que lhe diploma tanto com o ensino médio quanto com um curso profissionalizante, mas de forma integrada e com organização curricular única. (BELTHER, 2013, p. 03).

O ensino médio integrado configura-se como uma importante ferramenta formativa que estrutura e organiza a formação para o trabalho, formação para a cidadania, além de permitir que o estudante dê continuidade aos seus estudos, articulando fundamentos políticos, técnicos e teóricos.

No que se refere a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional:

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II – de educação profissional técnica de nível médio; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

O movimento político vivido no Brasil nos últimos anos tem tensionado bastante o funcionamento e a estrutura da educação profissional, Souza (2013) aponta dois momentos distintos que ilustram esses tensionamentos, o primeiro durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), em que houve uma inviabilização da integração entre o ensino médio e o ensino profissional na rede pública, ocasionando um aumento na oferta de ensino profissional pela iniciativa privada. Entretanto, o contexto veio a se modificar a partir das mudanças políticas propostas pelo governo Lula (2003-2010) em que houve uma maior valorização e reconhecimento da educação profissional como um direito ampliado.

O Ensino Médio Integrado é uma experiência que deve ser defendida e aperfeiçoada como política pública. Nem sempre, ou quase nunca, as reformas propostas por alguns governos de cunho liberal\conservador\reacionário acarretam benefícios para as camadas mais vulneráveis da juventude brasileira. Em se tratando da última reforma proposta, além das escolas, os institutos federais de educação (IFs) também vem sentindo os efeitos perversos da proposição. Os efeitos da Reforma do Ensino Médio no contexto dos institutos federais têm ocorrido em ritmo e forma diversificados, o que está relacionado principalmente com a maneira pela qual cada instituição tem compreendido esse processo, ora fazendo adesão, ora negociando com os pressupostos presentes nos textos da reforma, ora reagindo e não fazendo a adequação do currículo dos cursos técnicos integrados aos fundamentos presentes na reforma do Ensino Médio.

O ensino médio profissional no Brasil enquanto política pública vem, desde 2008, através do Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2008), promovendo a articulação entre o currículo do ensino médio e a formação para o mundo do trabalho. O investimento na estrutura das escolas profissionais tem significado uma diferenciação que não se limita somente ao aspecto físico das escolas, mas também ao seu currículo e a sua organização.

Quanto à estrutura física não há o que se discutir ao se deparar com os prédios em que a maioria das escolas funciona, são prédios amplos, com salas de aulas, laboratórios (línguas, informática, matemática, física, química e biologia e dois laboratórios especiais), auditório, biblioteca, todos climatizados e quadra poliesportiva.

Outra diferenciação diz respeito ao modelo de gestão e de seleção de profissionais, os professores ao manifestarem o desejo de fazer parte do corpo docente de uma EP, devem fazer antes de tudo um seminário de adesão, onde conhecerão a TESE (Tecnologia Empresarial Socioeducacional, que propõe um modelo de operacionalização do EM adaptado da TEO-Tecnologia Educacional Odebrecht) e só depois de aderirem formalmente a esse modelo de ensino é que estarão aptos a concorrerem uma lotação na escola profissional.

A TESE, filosofia adotada pelos Centros de Ensino Experimental do Estado de Pernambuco, é regida por princípios fundamentais de cunho eminentemente humanístico. Entre os pontos relevantes desse modelo de gestão destaca-se a construção de uma base sólida, na qual líderes e liderados sejam dotados de espírito de servir, humildade para trabalhar em equipe e habilidades de comunicação. Dessa forma, será possível o estabelecimento de um forte grau de confiança recíproca, ingrediente fundamental para a formação de vínculos, importantes na busca conjunta do sucesso.

Este documento, destaca ainda, a educação de qualidade como um negócio da escola, e como tal, deve gerar resultados para todos os envolvidos no processo educacional, ou seja, educandos, educadores, pais, comunidade, gestores e parceiros. A metodologia de gestão privilegia o ciclo PDCA (Plan, Do, Check, Act, ou em português, Planejar, Fazer, Verificar e Agir) que se constitui em etapas interdependentes, quais sejam, planejar, executar, avaliar e agir, fazendo os ajustes e as intervenções que se fizerem necessárias. Como trata-se de um modelo empresarial aplicado à educação formal, fica bem claro que o produto final entregue a sociedade é um aluno cujo sucesso pode ser mensurado através das taxas de aprovações para o ensino superior ou a inserção dele no mercado de trabalho, a exemplo, são as possíveis efetivações ocorridas nos campos de estágio.

Os resultados apresentados se materializam nos anos seguintes através do aumento dos números de inscritos para os processos seletivos das escolas, o que representa também aumento do prestígio social que a escola possui em sua rede. “Escola

profissional existe para gerar resultado”, esse é um dos principais mantras proferidos nos corredores das escolas.

Destacam-se ainda cinco premissas que se colocam como princípios básicos que norteiam a ação das escolas profissionais, são elas: Protagonismo Juvenil, Formação Continuada, Atitude Empresarial, Corresponsabilidade e Replicabilidade. Como incentivadores e formadores do protagonismo juvenil, os educadores devem dar oportunidade aos jovens para participarem em todas as ações da escola e prepará-los para construir seu projeto de vida. É importante salientar que os projetos de vida propostos pelas escolas profissionais estão majoritariamente vinculados aos ideais mercadológicos, na medida que todo currículo é voltado para geração de resultados. Componentes previstas no currículo como horário de estudo e projetos interdisciplinares têm seu trabalho pedagógico voltado para recomposição de aprendizagem e nivelamento em língua portuguesa e matemática, que são os conteúdos básicos para obtenção de indicadores favoráveis à escola.

O princípio da formação continuada contempla o educador como sujeito de seu processo contínuo de formação. A atitude empresarial volta-se para o alcance dos objetivos pactuados, em que os educadores buscam uma educação comprometida com o exemplo e a presença; o princípio da corresponsabilidade considera que o poder público, os educadores e a comunidade estarão comprometidos com a qualidade e o sucesso da educação; e a replicabilidade torna a experiência replicável de modo que alcance a todas as escolas da rede pública num futuro breve.

Todo esse investimento tem aparecido de forma bem contundente através dos resultados das avaliações educacionais às quais o sistema educacional é submetido. Esses resultados reverberam a cada início de ano letivo através da concorrência nos processos seletivos para as 180 novas vagas em cada escola do estado do Ceará. As EP's têm obtido certo status entre os profissionais da educação, famílias e estudantes. A rotina das escolas profissionais é um fator de distinção que as tornam alvo da “cobiça” de pais e alunos, o regime integral, a interlocução curricular entre as três bases (técnica, comum e diversificada) e a exigência de uma rotina disciplinar rigorosa

O processo seletivo de estudantes para a entrada nas escolas profissionais se dá em duas etapas. A primeira é a pré-inscrição, entrega da documentação e do histórico do ensino fundamental II para análise quantitativa de resultados e classificação das melhores

notas; em seguida, após a convocação dos melhores resultados, dentro das vagas disponíveis, os estudantes e suas famílias são convocados para a participação em um seminário, onde são apresentados as regras e o regimento da escola, onde os alunos são convidados a aderir ou não à rotina e normas da escola. Essa etapa denominada seminário de adesão nos anos posteriores é constantemente retomada e utilizada como ferramenta coercitiva, para lembrar aos alunos que eles escolheram estar na escola profissional e por isso devem se submeter a todas as regras.

Importante pontuar que o seminário de adesão proposto pelas escolas profissionais não possui nenhum caráter reflexivo ou discursivo em torno do que aquela etapa representa na vida dos estudantes, trata-se apenas da exposição da metodologia utilizada pela instituição, da grade curricular dos cursos técnicos e do regimento interno.

O ensino no Ceará vem cada vez mais consolidando a sua posição como referência na educação pública, segundo os resultados das últimas avaliações externas como SPAECE⁴ (sistema permanente de avaliação da educação básica) e o IDEB⁵ (índice de desenvolvimento da educação básica). No último IDEB, realizado em 2021, o Ceará atingiu a média de 4,3⁶, ocupando a segunda posição no ranking do Nordeste, atrás somente do estado de Pernambuco. No último SPAECE⁷, realizado em 2022, a média de proficiência na rede estadual foi de 276,6 em língua portuguesa (nível intermediário) e 274,4 em matemática (nível crítico).⁸

Os indicadores que colocam o Ceará em uma posição favorável no ranking da educação pública do Brasil são resultado de um trabalho que inclui a integralização do

⁴ O SPAECE, na vertente Avaliação de Desempenho Acadêmico, caracteriza-se como avaliação externa em larga escala que avalia as competências e habilidades dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em Língua Portuguesa e Matemática. As informações coletadas a cada avaliação identificam o nível de proficiência e a evolução do desempenho dos alunos. Realizada de forma censitária, essa avaliação abrange as escolas estaduais e municipais, tendo como orientação Matrizes de Referência alinhadas com as do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Fonte: <https://www.seduc.ce.gov.br/spaace/>

⁵ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>

⁶ Ver mais em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>

⁷ <https://www.seduc.ce.gov.br/ensino-medio/>

⁸ No SPAECE, o rendimento dos alunos é medido através de 4 níveis, de acordo com a pontuação atingida nas provas (apenas português e matemática). Os níveis são muito críticos, crítico, intermediário e adequado. Ver mais em: <https://avaliacaoemonitoramentoceara.caeddigital.net#!/programa>

ensino ofertado. Em 2023, o Ceará conta 472 escolas ofertando o ensino médio em tempo integral, dessas 131 são EEEPs e 341 são EEMTIs.⁹

O ensino profissional que poderia significar uma formação voltada prioritariamente para formar mão de obra para suprir as necessidades do capital, tende a assumir um caráter diferenciado na estrutura educacional do Ceará, pois atualmente se configuram como “escolas diferenciadas”, não somente por causa do currículo que agrega a formação técnica, mas também por aparecerem em um patamar mais elevado em termos de hierarquização entre as escolas públicas.

Em se tratando da formação técnica, as escolas profissionais em grande medida parecem se encaixar em um modelo de escola neoliberal descrito por Laval (2004), que designa um modelo escolar que considera a educação um bem privado e antes de tudo econômico. O sentido proposto por Laval (2024) para o termo privado aqui se refere não ao oposto do que é público (público *versus* privado) e sim como algo que é pertinente ao indivíduo e desta maneira deve ser conquistado para si mesmo e em benefício próprio. O modelo de escola propagado pelas EP's desde o processo seletivo para a entrada de estudantes nos anos iniciais ressignifica o sentido dos saberes, as instituições e as demais relações sociais que permeiam a comunidade escolar.

O currículo aplicado e vivido pelas EP's segue orientado para garantir um alto nível de competitividade por parte de seus alunos, uma educação voltada para os resultados (manutenção dos indicadores) e para garantir altos índices de aprovação nos vestibulares e dar a sociedade um retorno no investimento feito, através da produção e inserção de um capital humano de excelência.

O modelo escolar implantado pelas EP's encontra-se adaptado a uma economia capitalista e a uma sociedade mercadológica, embora que por se tratar de uma escola pública, o cenário ainda se configure como um complexo campo de tensão entre forças distintas e grupos com interesses contraditórios, o chão da sala de aula ainda é disputado por forças além do capital. Entre os educadores ainda se levantam questionamentos, como por exemplo, se trabalhamos somente para manter os indicadores e responder às demandas ou formando seres humanos para o convívio em sociedade.

⁹ Segundo o site da secretária de educação do Estado do Ceará 7 em cada 10 escolas de ensino médio estão ofertando o ensino médio em tempo integral no ano letivo de 2023. Ver mais em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2023/01/26/mais-de-70-das-escolas-estaduais-do-ceara-ofertarao-ensino-medio-em-tempo-integral-em-2023/>

Schultz (1963) introduz o conceito de capital humano, que revolucionou a maneira como economistas e formuladores de políticas públicas compreendem o papel da educação no desenvolvimento econômico. Ele argumenta que a educação não deve ser vista apenas como um custo, mas sim como um investimento, que aumenta a produtividade e o potencial de ganhos das pessoas ao longo de suas vidas. Ele compara o investimento em capital humano (que inclui a educação, treinamento e saúde) ao investimento em capital físico (como máquinas e infraestrutura), argumentando que ambos são essenciais para o crescimento econômico sustentável.

Com base nas contribuições de Schultz é importante destacar que a educação não beneficia apenas os indivíduos que a recebem, mas também a sociedade como um todo, ao aumentar a eficiência econômica e promover um desenvolvimento mais equitativo. Países que investem pesadamente em capital humano tendem a ter taxas de crescimento econômico mais elevadas e uma melhor qualidade de vida para seus cidadãos.

Schultz (1971) no capítulo 3 do livro "O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa", ao utilizar o conceito de capital humano para descrever o conjunto de habilidades, conhecimentos e capacidades adquiridas por meio da educação e do treinamento, aponta que esse capital é estritamente essencial para a produtividade e o sucesso econômico dos indivíduos e das sociedades.

Schultz (1971) define o capital humano como o conjunto de habilidades e conhecimentos que os indivíduos adquirem ao longo de suas vidas por meio de investimentos em educação, treinamento e experiência. Ele argumenta que esses investimentos são semelhantes aos investimentos em capital físico, como máquinas e equipamentos, e são cruciais para aumentar a produtividade e os ganhos econômicos.

Em se tratando de investimento em Capital Humano é esperado que, assim como investimentos em capital físico, os investimentos em educação e treinamento também gerem retornos financeiros ao longo do tempo, na forma de salários mais altos e maiores oportunidades de emprego. Isso demonstra a importância econômica de investir na formação e no desenvolvimento das habilidades dos indivíduos. Sociedades que incentivam e facilitam o acesso à educação e ao treinamento tendem a ter um desenvolvimento econômico mais rápido e uma distribuição de renda mais equitativa. Além disso, políticas públicas podem ser projetadas para promover um investimento mais

eficaz em capital humano, pois ele não é apenas um ativo individual, mas também um recurso crucial para o progresso de toda a sociedade.

Neste sentido, os sistemas educacionais podem e devem ser melhorados para maximizar os benefícios econômicos. Isso inclui não apenas aumentar o acesso à educação, mas também melhorar sua qualidade e relevância para as necessidades econômicas e sociais contemporâneas.

Cabe o questionamento também se o ensino e aprendizagem realizado dentro dos muros de uma EP se limita a buscar a inserção profissional e acadêmica, dentro dos princípios de um sistema educacional que preza pela competitividade e se estrutura em um modelo empresarial de eficiência e eficácia, mantendo a sua capacidade humanizadora de agregar a emancipação política e o desenvolvimento individual e coletivo ao estudante.

Pensar o ensino médio profissional é fazer uma reflexão sobre duas dimensões importantes para a vida em sociedade: o trabalho e a educação. Duas dimensões que se entrelaçam e compartilham elementos dinâmicos que têm sofrido mudanças significativas nos últimos anos. O Ceará assim como outras regiões brasileiras comunga de uma realidade marcada pela precarização do trabalho e pela exigência a uma adaptação a um modelo de sociedade capitalista, que preza pela internacionalização do capital. Assim, o ensino médio profissional, em larga medida, tem como uma de suas finalidades implícitas, atender as exigências econômicas impostas por uma sociedade fortemente marcada pelo capitalismo globalizado.

Costa e Dias (2021), em seu artigo "A Profissionalização Generalizada na Reforma do Ensino Médio", abordam a reforma educacional implementada no Brasil com foco no ensino médio. Esses autores discutem como essa reforma tem promovido uma orientação cada vez mais voltada para a formação profissionalizante dos estudantes, destacando que esta mudança é parte de um movimento global de adequação da educação às demandas do mercado de trabalho contemporâneo que atinge todas as instituições escolares e não somente as escolas profissionais.

A reforma busca adaptar o currículo escolar para melhor preparar os jovens para o ingresso no mercado de trabalho, enfatizando aptidões práticas e competências específicas, além do desenvolvimento acadêmico tradicional. É imprescindível que se analise criticamente as consequências dessa reforma na medida que podem ocorrer

diversos transtornos como a possibilidade de limitação das escolhas dos estudantes e a redução da formação geral e humanística. Além disso, é importante que haja uma discussão ampliada a respeito das implicações políticas e sociais dessa mudança, entendendo que ela reflete uma visão neoliberal de educação, na qual se valoriza a preparação técnica em detrimento de uma educação mais ampla e crítica.

As motivações para a entrada, permanência e plena adesão aos valores propostos pela escola profissional, são múltiplas. Em todo caso pode-se inferir que o meio familiar e o contexto social são produtores objetivos de condições para o êxito e o fracasso desse estudante. Estudantes que objetivam a universidade têm, muitas vezes, seus planos e sonhos atrasados, quando não esmagados, pelos obstáculos da vida material. E aqueles que ousam seguir em frente são desafiados a se tornarem estudantes excepcionais, pontos fora da curva.

Segundo Laval (2004), o estudante dentro de uma perspectiva educativa que se coloca sob a submissão direta dos imperativos econômicos, se qualifica menos como pessoa humana e mais como “recurso humano”, pronto para responder um modelo de escola pautado na lógica da produtividade e da rentabilidade.

A escola enquanto instituição social integrada em um contexto marcado pelas demandas de uma sociedade industrial é duramente compelida a atender essas demandas, sendo a ela atribuída novas responsabilidades. Suas estruturas, dinâmicas e movimentos precisam garantir que o jovem consiga se inserir de maneira satisfatória na vida política, econômica e cultural da sociedade em que vive. Importante pontuar que essa inserção social e econômica em grande medida, é pautada por uma preparação voltada para a manutenção de uma estrutura de classe, em que cada indivíduo assume um papel social que lhe é atribuído pelo próprio sistema capitalista.

A escola e seu currículo assumem um papel essencial na manutenção do tecido social, quando delimitam o que deve ser ensinado e para quem deve ser ensinado. Segundo Lopes e Macedo (2013, p.19), currículo “significa a ideia de organização, prévia ou não, de experiências/situações de aprendizagem realizadas por docentes/redes de ensino de forma a levar a cabo um processo educativo”. É importante termos a compreensão que a escola é umas das mais eficazes ferramentas de socialização e transmissão de valores em um determinado contexto. Entretanto, ela não é a única. Cada estudante ali inserido possui

suas próprias vivências e percepções acerca do mundo em que vive, e a escola nem sempre vai alcançar as suas premissas.

Os estudantes chegam à escola com uma variedade de experiências e percepções que são moldadas por seus contextos familiares, culturais, sociais e econômicos. Essas experiências influenciam a maneira como cada aluno interpreta e interage com o mundo ao seu redor. Estudantes de diferentes origens culturais podem trazer perspectivas únicas e diversas sobre valores, tradições e modos de aprendizagem que não podem ser refletidos no currículo padrão da escola. Vivências individuais, como mudanças ocasionais de residência, traumas ou envolvimento em atividades extracurriculares específicas, também moldam a percepção de cada aluno sobre o aprendizado e a escola.

Nesse sentido é importante reconhecer que a escola, enquanto instituição, muitas vezes opera com um currículo e métodos pedagógicos padronizados que podem não atender às necessidades e expectativas de todos os alunos. Isso ocorre com o currículo escolar, que é geralmente uniforme e tende a não considerar as especificidades culturais, sociais e emocionais de cada estudante. Isso pode levar a uma desconexão entre o conteúdo ensinado e as experiências vividas pelos alunos, as metodologias tradicionais de ensino podem não ser eficazes para todos os tipos de aprendizagem. Estudantes que aprendem de maneiras não convencionais podem não se beneficiar completamente de abordagens pedagógicas padronizadas.

Muitas escolas enfrentam ainda as limitações de recursos, o que dificulta a personalização do ensino para atender às diversas necessidades dos estudantes. Isso inclui falta de materiais educativos variados, infraestrutura integrada e insuficiente para professores. É inadiável a construção de um currículo escolar que possa desempenhar um papel de fato categórico na formação das identidades juvenis e no desenvolvimento de suas capacidades sociais, culturais e intelectuais, que reflita a diversidade e a complexidade das experiências juvenis. Um currículo inclusivo deve considerar diferentes contextos culturais, socioeconômicos e regionais, proporcionando conteúdos que sejam significativos e relevantes para os estudantes.

Por isso, a pesquisa ora apresentada procurou ouvir os estudantes e entender a forma como eles pensam e vivenciam essa última etapa da educação básica, buscando a compreensão de qual o significado a escola assume na vida deles, se de fato contribui com as aspirações relativas às suas inserções profissionais ou ascensão ao ensino superior.

Para pensar em toda essa construção, é preciso dialogar com o jovem aluno que colocado no espaço de sujeito tende a contribuir imensamente na construção de sua própria formação. As percepções desses jovens devem e podem ser expostas para que ele se sinta parte dessa educação, para que seja instaurada a ideia de pedagogia autônoma, que tanto insiste Paulo Freire, e para que se quebre o círculo vicioso de reprodução ideológica das elites dominantes apontado por Bourdieu. (SILVA, 2019, p..20)

Ao compreender as formas que o ensino médio já assumiu historicamente, espera-se que o estudante possa, através de uma análise sociológica, compreender melhor os impactos dessas mudanças nos dias atuais e consiga ressignificar essa etapa para além da aquisição de conhecimentos e habilidades relevantes, mas também a possibilidade da formação de uma consciência mais realista e crítica sobre a sociedade. Afinal, esse é um dos objetivos que a Sociologia, enquanto disciplina curricular, pressupõe dentro do currículo do ensino médio.

Os desafios que o jovem contemporâneo enfrenta são variados e complexos, pois refletem as mudanças sociais, econômicas e tecnológicas globais que vão desde a desigualdade educacional e social, recursos econômicos insuficientes, polarização econômica e de posicionamentos e projetos de sociedade, precarização do trabalho, entre outros.

É imprescindível que o estudante possa ressignificar que o ensino médio vai além da mera transmissão de conhecimentos, ele envolve a formação integral do estudante, preparando-o não apenas para o mercado de trabalho ou para a continuação dos estudos, mas também para o exercício da cidadania plena; contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática.

3. O QUE PENSAM OS ESTUDANTES DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS

A escola se configura como um grande e complexo campo de investigação que mobiliza múltiplas discussões que permeiam temas como currículo e políticas educacionais, juventudes e mercado de trabalho, família e sociedade. Em uma conjuntura marcada por uma dinâmica de intensas mudanças torna-se imprescindível ouvir e compreender o que pensam os jovens, quais suas perspectivas e como eles se percebem dentro da própria escola.

Importante pontuar que a escola não é uma instituição isolada, ela é parte integrante de um complexo tecido social e as escolas são afetadas diretamente pelas transformações econômicas, políticas e culturais que ocorrem na sociedade. Sposito (2003) propõe uma abordagem sociológica que ultrapassa os limites tradicionais das investigações educativas, apresentando a escola não somente como um espaço de transmissão de conhecimentos, mas como um espaço de convivência social, onde se reproduzem valores, comportamentos e convenções sociais.

Sposito (2003) observa que a escola pode ser um espaço tanto de perpetuação de desigualdades quanto de resistência e transformação social. Ela enfatiza que para compreender plenamente a função da escola na sociedade, é essencial analisar as interações entre os processos educativos e os contextos sociais mais amplos. Isso inclui considerar fatores como classe social, raça, gênero e outras dimensões da identidade social, fatores que foram explorados pela pesquisa aplicada no âmbito deste trabalho.

Cândido (1954), reconhecendo a importância de Durkheim (1926), que pesquisou a educação do ponto de vista da função estrutural que ela cumpre na sociedade, aponta os obstáculos criados por essa perspectiva ao entendimento das manifestações individuais, principalmente dentro da escola, um espaço profundamente marcado por um sistema de finalidades que envolvem os diversos sujeitos do processo de escolarização.

Vista, pois, sem simplificações deformantes nem racionalizações, a escola aparece, em virtude da sua dinâmica própria, como grupo complexo, internamente diferenciado, requerendo análise adequada. Apenas mediante esta, será possível uma prática pedagógica eficiente, e ela só poderá ser fornecida por uma sociologia que se concentre na análise interna da escola mediante a utilização de conceitos adequados e das técnicas correntes de pesquisa sociológica. Do contrário, desenvolverá uma análise global do processo educativo, e da escola como parcela da sociedade, que, sendo parte

indispensável e integrante da sociologia da educação, corre frequentemente o risco de amarrá-la à filosofia e à pedagogia (CÂNDIDO, 1954. P. 125).

Enquanto espaço de socialização, Dayrell (2007) argumenta que a escola desempenha um papel crucial na socialização dos jovens, indo além da mera transmissão de conhecimento acadêmico. A escola é um espaço onde os jovens interagem, formam relações e desenvolvem práticas sociais que contribuem para a construção de suas trajetórias. É inegável que a formação da identidade juvenil é influenciada pelas interações no ambiente escolar. Relações com colegas, professores e a cultura institucional da escola são fundamentais nesse processo. A escola oferece um cenário onde os jovens experimentam as mais diversas habilidades, isso sem desprezar as influências que eles sofrem do ambiente externo à escola. Entretanto os jovens estudantes não são meros receptores passivos das influências sociais, eles ativamente interpretam, negociam e resistem às normas e valores que encontram.

Dayrell (2007) entende que o conjunto de diversidade das experiências juvenis são o resultado dos processos de socialização que eles vivenciam e que variam conforme os contextos culturais e sociais. Diferentes ambientes proporcionam experiências únicas que moldam as identidades juvenis de maneiras distintas. É de suma urgência que o sistema educacional em si e as políticas públicas que o norteiam, considerem os amplos contextos sociais e culturais que influenciam a vida dos jovens, que tenham a devida percepção sobre a importância das interações escolares, a multiplicidade de influências sociais e a agência dos jovens e se voltem a necessidade urgente de uma abordagem educativa que reconheça e valorize a diversidade e complexidade das experiências juvenis.

Desta forma, a partir de agora apresento as percepções e experiências juvenis que fazem referência à pesquisa realizada nas cinco escolas de educação profissional atendidas pela CREDE-08, localizadas na microrregião do Maciço de Baturité: EEEP Salomão Alves de Moura, em Aracoiaba; EEEP Maria Môsa da Silva, em Ocara; EEEP Clemente Olintho Távora Arruda, em Baturité; EEEP Adolfo Ferreira de Sousa, em Redenção e a EEEP Giselda Teixeira, em Palmácia. Para fins didáticos no decorrer do texto ao mencionar-se os nomes das escolas iremos nos referir através da sigla EP seguida do nome da cidade em que ela se localiza.

Entre os meses de fevereiro e março de 2023 foram aplicados questionários com os estudantes das turmas do 2º ano das respectivas escolas, com os seguintes resultados:

Das 620 respostas, 152 respondentes na EP de Ocara (24,5%), 140 na EP de Aracoiaba (22,6%), 34 na EP de Baturité¹⁰ (5,5%), 164 na EP de Redenção (26,5%), 130 na EP de Palmácia (21%).

ESCOLA	TOTAL DE RESPONDENTES	PERCENTUAL CORRESPONDENTE
EP de Redenção	164	26,5%
EP de Ocara	152	24,5%
EP de Aracoiaba	140	22,6%
EP de Palmácia	130	21%
EP de Baturité	34	5,5%
TOTAL DE QUESTIONÁRIOS	620	100%

Tabela 1: Total de respondentes por escola

Um dado importante levantado pela pesquisa diz respeito à escola de origem do estudante, se ele concluiu o ensino fundamental II em escolas da rede pública ou privada. Do total de estudantes entrevistados, 491 fizeram o ensino fundamental em escolas da rede pública (79,3%), 128 vem da rede privada (20,7%) e somente 1 estudante não respondeu. Diante da regulamentação das EEEP, na qual apenas 20% dos alunos oriundos da rede privada podem ingressar, os dados mostram que temos uma amostra representativa.

ESCOLA DE ORIGEM	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Rede pública	491	79,3%
Rede privada	128	20,7%

Tabela 2: Quanto a escola de origem.

¹⁰ Somente foi possível fazer a aplicação do questionário em uma das quatro turmas do 2º ano da EP de Baturité, pois a escola segue uma rotina pedagógica muito rigorosa e não houve uma abertura favorável por parte da gestão da escola para que a pesquisa fosse realizada.

Quanto ao gênero, dos 620 entrevistados, 359 se identificam com gênero feminino (58,1%), 250 com o masculino (40,5%), 9 se dizem de outros gêneros (1,5%) e 2 estudantes preferiram não responder.

GÊNERO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
feminino	359	58,1%
masculino	250	40,5%
outros	9	1,5%
não responderam	2	-

Tabela 3: Identificação quanto ao gênero dos alunos.

Em relação à autoidentificação racial entre os entrevistados, 64 se identificam como pretos (10,3%), 395 como pardos (63,7%), 154 como brancos (24,8%), 4 indígenas (0,6%) e 3 asiáticos (0,5%).

AUTOIDENTIFICAÇÃO RACIAL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Pardos	395	63,7%
Branco	154	24,8%
Pretos	64	10,3%
Indígenas	4	0,6%
Asiáticos	3	0,5%

Tabela 4: autoidentificação racial

Sobre a religião que os estudantes professam, 387 se dizem católicos (62,4%), 127 evangélicos (20,05%), 7 de religiões de matriz africana (1,1%), 65 estudantes não seguem nenhuma religião, mas acreditam em uma entidade suprema (10,5%) e 26 se dizem ateus ou agnósticos (4,2%), tendo ainda 8 estudantes que responderam outras religiões (1,3%).

Para caracterização socioeconômica foi utilizado como referência o Critério Brasil de 2021, desenvolvido pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) com

base no padrão de classificação socioeconômica realizada com base nos domicílios e na quantificação do poder de compra da população. 13 estudantes pertencem a classe A (2,1%), 25 pertencem à classe B1 (4%), 123 a classe B2 (19,8), 146 a classe C1 (23,5%), 149 a classe C2 (24%), 164 a classe D (26,5%). Ao agregar os resultados, temos a seguinte distribuição em estratos socioeconômicos:

ESTRATOS SOCIOECONÔMICOS	QUANTIDADE	PERCENTUAL
A	13	2,1%
B1	25	4%
B2	123	19,8%
C1	146	23,5%
C2	149	24%
D	164	26,5%

Tabela 5: distribuição em estratos socioeconômicos

Quanto à participação em programas sociais, 319 moram com um familiar que recebe bolsa família (51,5%), 226 não recebem bolsa família (36,5%) e 75 não souberam responder (12,1%).

Quanto à renda familiar, o questionário apontou que 11 estudantes têm renda familiar maior que 6 salários mínimos (1,8%), 17 possuem renda familiar entre 4 e 6 salários mínimos (2,7%), 76 com renda entre 2 e 4 salários mínimos (12,3%), 182 estudantes possuem renda familiar entre 1 e 2 salários mínimos (29,4%), 200 estudantes com renda menor que 1 salário mínimo (32,3%) e 134 não souberam responder (21,6). Ressalta-se que a renda informada pelos estudantes, de fato coincide com o dado obtido através do critério Brasil.

Importante salientar que as escolas analisadas têm como perfil estudantes que em sua maioria não moram no centro de suas cidades, moram em distritos, sítios e comunidades que são afastados das zonas urbanas dos municípios, apenas 199 deles moram no centro de seus municípios (32,1%), enquanto 421 moram em localidades afastadas dos centros das cidades (67,9%). Esse fator se torna de alta relevância quando

levamos em consideração as questões relacionadas à mobilidade. São alunos que em sua maioria só conseguem chegar à escola por meio de transporte escolar, que apesar de ser uma política pública de suma relevância, ainda enfrenta algumas questões práticas muito sérias, como por exemplo, quando Município e Estado não chegam ao acordo necessário para que os transportes sejam oferecidos a todos os estudantes da rede de forma igualitária; o estado de conservação dos ônibus que transitam em vias rurais de difícil acesso, quadro esse que piora muito no período de chuvas. Algumas escolas precisam adequar seus horários de funcionamento na quadra chuvosa por causa das condições das estradas.

MORADIA DOS ESTUDANTES	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Centro	199	32,1%
Localidades	421	67,9%

Tabela 6: local de moradia dos estudantes

A escola é considerada um espaço propício para o exercício da sociabilidade entre os estudantes, nesse sentido, um dado obtido mostrou que a escola é o principal lugar onde estão os círculos de amizades dos jovens. 470 estudantes disseram que é na escola que estão seus principais amigos (75,8%), 55 responderam que os amigos estão na vizinhança (8,9%), 39 estão entre os familiares (6,3%), 22 responderam que não tem amigos (3,5%), 18 tem os amigos na igreja (2,9%), 8 estão na prática de esportes (1,3%) e 8 nos meios virtuais (1,3%).

A inserção no mundo do trabalho para uma parte da juventude não é algo que pode ser adiado para depois da conclusão do EM ou, posteriormente, após a conclusão do curso superior. As demandas materiais da vida cotidiana implicam em uma inserção precoce para esses jovens. No contexto da pesquisa realizada, 453 estudantes responderam não trabalhar enquanto cursam o EM (73,1%), ressaltando que o ensino médio profissional funciona em horário integral. Entretanto, temos 167 estudantes, que embora estudem em horário integral, responderam que realizam alguma atividade laboral. Aqui, consideramos como “trabalho” qualquer atividade laboral, remunerada ou não, que eles exercem fora do horário escolar. Durante a aplicação foi explicado que poderia ser, inclusive, atividades em que eles ajudam algum familiar. Em outra questão perguntei onde esse trabalho era

realizado e dos 165 que responderam que trabalham, 121 responderam que trabalham em casa (73,3%) e 44 trabalham fora de casa (26,7%).

Sobre as motivações para estar cursando o ensino médio profissional, a pesquisa partiu de duas possibilidades: o acesso ao ensino superior e a preparação para o mercado de trabalho. Ao questionar os estudantes sobre qual o principal motivo para frequentar a escola, 413 responderam que a entrada na faculdade é o principal motivo para estarem lá (66,6%), enquanto 207 dizem que a faculdade não é o objetivo em se tratando do EM (33,4%).

Quando a motivação é a preparação para conseguir um bom emprego futuramente, 483 estudantes dizem que esse é seu foco através da escola (77,9%), enquanto apenas 137 dizem que se preparar para o mercado de trabalho através da escola não é sua principal motivação (22,1%).

	QUANTO AO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR		QUANTO A PREPARAÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO	
	quantidade	percentual	quantidade	percentual
SIM	413	66,6%	483	77,9%
NÃO	207	33,4%	137	22,1%

Tabela 7: Quanto às motivações para estar em uma escola profissional

Foram questionados também se em algum momento pensaram em abandonar a escola, 374 responderam que não (60,5%), 183 responderam que pensaram somente em mudar de escola (29,5%) e 62 pensaram sim em abandonar totalmente os estudos (10%). Quanto à questão do abandono escolar, é importante que a comunidade escolar se debruce sobre essa questão e possa de fato entender os motivos que levam o estudante a considerar abandonar a escola. Durante a aplicação dos questionários alguns estudantes mencionaram que essa foi uma possibilidade levantada durante o primeiro ano, pois sentiram muita dificuldade em acompanhar os conteúdos e a rotina integral que a escola profissional exigia, outros ainda relataram que era devido à necessidade de trabalhar para ajudar a família.

Ao serem questionados sobre o que o ensino médio profissional representa para eles, 403 estudantes responderam que compreendem o ensino médio profissional como etapa de qualificação para o mercado de trabalho (65%), 178 compreendem essa etapa como preparação para acessar o ensino superior (28,7%) e 39 como uma forma de capacitação para o convívio em sociedade (6,3%).

Em se tratando dessa visão projetada pelos estudantes sobre o ensino médio profissional é possível observar uma contradição entre os discursos e a supervalorização dos resultados apresentados pelas escolas comparadas com o que os alunos entendem sobre os objetivos da escola. O acesso à universidade é um dos principais indicadores monitorados que atestam o bom desempenho dessas escolas. Como professora envolvida no processo desde 2019, percebo que o trabalho pedagógico que envolve a preparação para o ENEM e vestibulares é realizado de forma contínua e objetivada e os resultados apresentados pelas escolas profissionais se destacam das demais escolas da rede, conforme o quadro abaixo:

TOTAL DE APROVAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (PÚBLICAS E PRIVADAS)		
ESCOLAS CREDE 08	2022	2023
EEEP Clemente Olintho Távora Arruda	113	230
EEEP Adolfo Ferreira de Sousa	80	181
EEEP Salomão Alves de Moura	78	132
EEEP Maria Giselda Coelho	62	126
EEEP Maria Môsa da Silva	52	100
Liceu De Baturité Domingos Sávio	42	37
EEMTI Menezes Pimentel	22	20
EEMTI Professor Milton Façanha Abreu	18	30
EEM Danísio Dalton da Rocha Correia	18	19

EEM Almir Pinto-Aracoiaba	12	12
EEMTI Zélia de Matos Brito	11	02
EEMTI Deputado Ubiratan Diniz de Aguiar	10	25
EEM Joacy Pereira	10	22
EEM Franklin Távora	10	21
EEMTI Maria do Carmo Bezerra	10	21
EEMTI Dr. Brunilo Jacó	10	19
EEMTI Almir Pinto-Ocara	09	16
EEMTI João Alves Moreira	08	12
EEM Francisca Pinto dos Santos	05	04
EEMTI Maria Amélia Perdigão Sampaio	04	41
EEMTI Vereador Edimar Martins da Cunha	02	04
EEM Camilo Brasiliense	02	02
EEMTI Padre Saraiva Leão	01	01
CEJA Donaninha Arruda	01	0
Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos	0	11

Tabela 8: Dados informados pelas escolas através do SIGE ENEM.

Ao questionar os estudantes sobre os motivos que os levaram a escolher a EP para cursar o EM, partiu-se de duas possibilidades: uma em relação aos resultados que ela apresenta no acesso à universidade e a outra por causa do curso profissionalizante ofertado. Quanto aos resultados que ela apresenta, 359 estudantes não consideraram que esse fator fosse relevante (57,9%), enquanto 261 consideraram esse fator relevante (42,1%), conforme o quadro a seguir:

	QUANTO AOS RESULTADOS APRESENTADO PELA ESCOLA		QUANTO AO CURSO OFERTADO	
	quantidade	percentual	quantidade	percentual
SIM	261	42,1%	448	72,3%
NÃO	359	57,9%	172	27,7%

Tabela 9: Motivos que levam a escolha do estudante pela escola profissional

No total de 448 estudantes consideraram o curso como um diferencial que os fizeram escolher a EP (72,3%) e 172 não consideram o curso como um diferencial para a escolha (27,7%).

Outro dado importante que foi levantado pela pesquisa se refere ao fato de que eles puderam escolher aquela escola entre outras opções disponíveis, 603 estudantes responderam que tinham outras opções (97,3%), enquanto apenas 17 alunos estão na EP porque não tinham outras opções (2,7%).

Em suma, a pesquisa mostra que enquanto para a escola o acesso à universidade é um fator de extrema relevância para indicar o sucesso escolar e eficiência das escolas profissionais, o mesmo não significa para os estudantes, tendo em vista que a escolha do curso profissional para eles é um fator muito mais significativo e decisivo na escolha de cursar esse modelo educacional.

4. PROPOSTA DE PLANO DE ENSINO

Este material é composto de uma proposta de plano de ensino que poderá ser utilizada nas aulas de Sociologia, Formação para Cidadania, Projeto de Vida ou de qualquer componente da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, tendo em vista seu caráter discursivo e problematizador acerca do ensino médio profissionalizante.

Uma sugestão é que se possa utilizar preferencialmente o referido material nas aulas de Sociologia ou Formação para a Cidadania, em virtude de as duas componentes serem trabalhadas nas escolas profissionais e permitirem uma interlocução entre elas, favorecendo uma melhor ambientação do estudante na escola e desenvolvendo o protagonismo juvenil cooperativo.

Com a disciplina de Formação Para Cidadania e Desenvolvimento das Competências Socioemocionais, a Sociologia encontra mais um elemento agregador no alargamento das discussões e debates que envolvem a área, atentando que um dos objetivos pertencentes ao projeto é oferecer uma educação sustentável que contemple a formação cidadã do educando, instigando sua participação na vida social, com a tomada de consciência dos problemas que afetam a humanidade. (FREIRE, 2020, p. 46)

Em relação a metodologia utilizada para elaboração do plano de aula optamos pela pedagogia histórico-crítica que consiste em uma abordagem educacional desenvolvida pelo educador brasileiro Dermeval Saviani no final da década de 70, mais especificamente em 1979, que tem suas bases no materialismo histórico e dialético. Essa pedagogia propõe uma análise crítica da realidade social e histórica, buscando compreender as relações entre educação e sociedade.

Essa abordagem se baseia em alguns pilares tais como o materialismo histórico e dialético que vê a educação como parte integrante das relações sociais de produção e busca compreender como essas relações influenciam o desenvolvimento educacional. Outro pilar é a análise crítica da sociedade que defende uma análise crítica da sociedade, considerando suas contradições e conflitos. A educação é vista como um instrumento de reprodução social, mas também como uma ferramenta de transformação social.

A escola, na perspectiva histórico-crítica, não é vista como neutra, mas sim como uma instituição que reflete e reproduz as relações de poder da sociedade. No entanto, ela também pode ser um espaço de resistência e de luta pela transformação social. O ensino é entendido como um processo que deve partir da realidade concreta dos alunos, buscando problematizar essa realidade e desenvolver o pensamento crítico. A aprendizagem não é

vista apenas como aquisição de conhecimentos, mas como um processo ativo de compreensão e transformação da realidade. A prática pedagógica na pedagogia histórico-crítica envolve a problematização da realidade, a mediação do conhecimento pelo professor e a participação ativa dos alunos na construção do conhecimento.

A pedagogia histórico-crítica surge no contexto da crise do modelo educacional tradicional, especialmente durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Ela se desenvolve como uma resposta às práticas educacionais autoritárias e alienantes, buscando uma educação mais libertadora e comprometida com a transformação social.

Ela critica a pedagogia tradicional, que enfatiza a transmissão passiva de conhecimento pelo professor e a memorização pelos alunos. Em vez disso, propõe uma abordagem mais ativa e crítica, na qual os alunos são incentivados a questionar, analisar e interpretar a realidade. Nela, o processo de ensino-aprendizagem é concebido como um processo dialético, no qual o professor e os alunos interagem de forma ativa e reflexiva. O professor não é apenas um transmissor de conhecimento, mas um mediador que ajuda os alunos a construir seu próprio entendimento da realidade.

A prática pedagógica na pedagogia histórico-crítica enfatiza o diálogo entre professor e alunos e a problematização da realidade. Os temas abordados em sala de aula são escolhidos com base na relevância social e na capacidade de estimular o pensamento crítico dos alunos. Um de seus objetivos principais é contribuir para a transformação da sociedade, promovendo a conscientização e a capacitação dos alunos para agirem como agentes de mudança social. Isso envolve não apenas a compreensão crítica da realidade, mas também o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias para a participação cidadã ativa.

A pedagogia histórico-crítica busca uma educação emancipatória, que liberte os indivíduos das estruturas de opressão e os capacite a exercer sua autonomia e sua capacidade crítica. Isso implica em uma educação que valorize a diversidade, a justiça social e a igualdade de oportunidades.

Tomando como base a pedagogia histórico-crítica, Gasparin (2012) desenvolveu uma didática composta de cinco passos com o objetivo de traduzir a dinâmica do trabalho pedagógico proposto pela Pedagogia histórico-crítica. Os cinco passos são:

1- Prática social inicial: Consiste no momento em que o aluno evidencia a sua visão a respeito do conteúdo a ser trabalhado na medida em que é desafiado a dizer que lacunas ele possui sobre o tema, é o ponto de partida para o processo educativo. Nesse passo, o professor investiga e compreende o conhecimento prévio dos alunos sobre determinado tema ou conteúdo. É o momento de identificar a realidade dos alunos, suas experiências e conhecimentos adquiridos fora da escola. Esse conhecimento prévio é fundamental para que o ensino seja significativo e contextualizado. A prática social inicial permite a realização de um diagnóstico da realidade; desperta o interesse dos alunos para o estudo, mostra a relevância do tema em suas vidas e na sociedade. É importante que o professor promova conversas sobre o tema trabalhado e observe como os alunos se envolvem na discussão, quais argumentos utilizam e quais dúvidas surgem.

2- Problematização: É um desafio, ou seja, é a criação de uma necessidade para que o estudante, através de sua ação, busque o conhecimento. Discussão sobre os principais problemas postos pela prática social e pelo conteúdo. Os principais problemas são as questões fundamentais que foram apreendidas pelo professor e pelos alunos e que precisam ser resolvidas, não pela escola, ou na escola, mas no âmbito da sociedade como um todo. Pode ser em forma de perguntas. Os estudantes vão levantar muitos pontos que gostariam de estudar, mas nem sempre podemos trabalhar tudo, então deve-se selecionar com o grupo os principais problemas a serem discutidos no encontro.

3-Instrumentalização: Descrever o passo a passo da aula em si, ou seja, como fará a ligação da prática social inicial com o tema selecionado na problematização para iniciar a aula, introduzindo o novo assunto e desenvolvendo o conteúdo, as atividades, fechamento ou síntese integradora, onde o aprendiz poderá expressar a sua catarse (durante as atividades ou no final). A metodologia da aula deverá prever a dialética, podendo ser: aula expositiva dialogada, leitura de mundo, leitura orientada de textos selecionados, trabalhos em grupo, pesquisa sobre o tema, seminário, entrevistas com pessoas-fontes, palestras, análises de vídeos ou filmes, produções escritas, encenações, produções imagéticas ou audiovisuais, atividades práticas, entre outros. Prever como vai trabalhar cada uma das dimensões propostas e interdisciplinarmente. Recursos humanos e materiais: Quadro, pincel, projetor, computador, som.

4-Catarse: Momento em que o aluno se aproxima da solução do problema. É quando o conteúdo empírico se torna científico. Elaboração teórica da síntese, da nova postura mental. Totalidade concreta. É o momento em que o estudante vai manifestar o que

assimilou, o que aprendeu. O estudante irá traduzir através de suas produções escritas, orais, performáticas a compreensão que teve de tudo que foi trabalhado e expressa sua nova maneira de ver o conteúdo e a realidade. Ele deve ser capaz de entender as questões abordadas de forma mais condensada e estruturada. O professor deve aqui retomar a proposta objetiva do trabalho desenvolvido, a fim de verificar quais foram atingidos pelos estudantes; é preciso também revisar as ferramentas avaliativas de forma a considerar uma avaliação formativa e processual.

5- Prática social final: É o momento de culminância do processo educativo na Pedagogia Histórico-Crítica. Após a instrumentalização e a catarse, os alunos devem ser capazes de aplicar o conhecimento adquirido de forma crítica e transformadora na sua realidade social. Este é o momento de avaliar de forma crítica se os objetivos de ensino foram alcançados, tanto no nível individual quanto coletivo. É importante que o professor incentive os alunos a promoverem mudanças em suas comunidades, utilizando o conhecimento adquirido de forma consciente e responsável. Uma possibilidade é desenvolver projetos em que os alunos possam aplicar o conhecimento de maneira prática, como campanhas de conscientização, ações coletivas, projetos ambientais, de forma que o conhecimento adquirido possa ser aplicado para resolver problemas reais em suas comunidades. A prática social final é essencial para que os alunos consolidem e apliquem o conhecimento adquirido de maneira crítica e transformadora. É o momento em que a educação transcende a sala de aula e impacta a realidade social dos alunos, promovendo uma aprendizagem significativa e duradoura.

Desta forma, este plano de ensino será apresentado neste modelo elaborado por Gasparin (2012), pois segundo Ileizi Silva (2009) esta didática apresenta correspondência com a metodologia de ensino da Sociologia na medida em que permite aos estudantes um entendimento do “conhecimento em suas múltiplas faces do todo social” segundo Freitas (2023)

De modo geral, é importante que este plano de ensino possa contribuir para ampliar os horizontes da experiência dos estudantes sobre os mais variados fenômenos sociais, a partir do contato com novas formas de compreensão e apropriação da realidade. A Sociologia, enquanto componente da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, oferece ferramentas importantes para entender que a maior parte daquilo que fazemos ou deixamos de fazer, bem como os problemas com os quais lidamos não são determinados pela natureza, mas são hábitos, costumes e crenças histórica e socialmente construídos.

Assim, fazemos parte de um amplo e complexo tecido social, somos influenciados por ele ao mesmo tempo nos apropriamos dele e o transformamos.

QUADRO RESUMO

ESTRUTURA DA AULA				
Prática	Teoria			Prática
Prática inicial do conteúdo	Problematização	Instrumentalização	Catarse	Prática final do conteúdo
<p>Listagem do conteúdo.</p> <p>Vivência cotidiana do conteúdo.</p> <p>O que o aluno já sabe: visão da totalidade empírica.</p> <p>Mobilização</p> <p>Desafio: o que o aluno gostaria de saber a mais?</p>	<p>Identificação e discussão sobre os principais problemas postos pela prática social e pelo conteúdo.</p> <p>Dimensões do conteúdo a serem trabalhadas.</p>	<p>Ações docentes e discentes para construção do conhecimento.</p> <p>Relação aluno x objeto do conhecimento através da mediação docente.</p> <p>Recursos humanos e materiais.</p>	<p>Elaboração teórica da síntese, da nova postura mental.</p> <p>Construção da nova totalidade concreta.</p> <p>Expressão da síntese.</p> <p>Avaliação: deve atender às dimensões e aos objetivos.</p>	<p>Intenções do aluno.</p> <p>Manifestação da nova postura prática, da nova atitude sobre o conteúdo e da nova forma de agir.</p> <p>Ações do aluno.</p> <p>Nova prática social do conteúdo ou das habilidades e competências.</p>

4.1 Plano de ensino baseado na didática para a pedagogia histórico-crítica

Dados de identificação

Escola: EEEP Maria Môsa da Silva,

Professor (es): Estelany Silveira Soares

Disciplina: Sociologia, Formação para Cidadania, Projeto de Vida ou de qualquer componente da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Tema: Ensino Médio Profissional

Ano letivo: 2024

Bimestre: 1º bimestre

Série: 1º ano do ensino médio

Duração: 4 aulas de 50 minutos e uma culminância.

1. Prática social

1.1 Conteúdos:

- O ensino médio no Brasil
- As reformas educacionais brasileiras
- O ensino médio profissional no Ceará
- O ensino médio profissional no Maciço de Baturité
- Eu e a escola profissional: que sentidos estabelecemos?

1.2 Objetivos específicos:

- ✓ Problematizar o ensino médio profissional enquanto etapa da educação básica.
- ✓ Reconhecer a escola e os projetos educacionais como espaços de disputa entre diferentes projetos de sociedades.
- ✓ Promover a compreensão sociológica sobre os projetos de ensino médio profissional aplicados nas escolas do maciço de Baturité.
- ✓ Possibilitar a formação de uma consciência mais realista e crítica sobre a realidade social.
- ✓ Evidenciar que a realidade é uma construção, ou seja, não é inato, e que os estudantes são agentes ativos na produção da vida social.

1.3 Vivência do conteúdo

O que os alunos já sabem sobre o tema?

Ao interrogar os alunos é bem comum que eles iniciem a discussão apontando que a escola profissional tem uma boa estrutura arquitetônica, que ela possibilita maior chance de empregabilidade por causa da formação técnica e que o estágio supervisionado é um

dos principais atrativos para a escolha pela escola profissional. Alguns estudantes também costumam elencar que alunos das escolas profissionais possuem um bom índice de acesso ao ensino superior.

O que os alunos gostariam de saber mais?

Ao longo do trabalho de pesquisa os estudantes trouxeram questionamentos muito pertinentes sobre a forma com que o ensino médio profissional se organiza em nível local, como por exemplo: quem decide qual escola vai receber determinado curso e outras não? Porque algumas cidades não tem escola profissional, mesmo sendo cidades de maior porte?

2. Problematização:

- ✓ Apresentar para os estudantes como o ensino médio se organizou no decorrer da história da sociedade. Elencar os principais desafios vividos pelos estudantes em relação ao ensino médio atualmente.

2.1 Dimensões do conteúdo a serem trabalhadas:

- ✓ Conceitual/Científica: Configurações do ensino médio e ensino médio profissional no contexto nacional, regional e local brasileiro.
- ✓ Social: Impactos sociais das configurações assumidas pelo ensino médio e ensino médio profissional no Brasil.
- ✓ Econômica: O sistema educacional aplicado pelo Estado reduz as desigualdades sociais e econômicas regionais e locais?
- ✓ Política: Como cobrar do Estado uma Educação como prática libertadora, que realmente forma cidadãos comprometidos com uma ética da equidade, inclusão e responsabilidade social?
- ✓ Pedagógica: Percepções discentes sobre os sentidos atribuídos ao ensino médio e ensino médio profissional no contexto local.

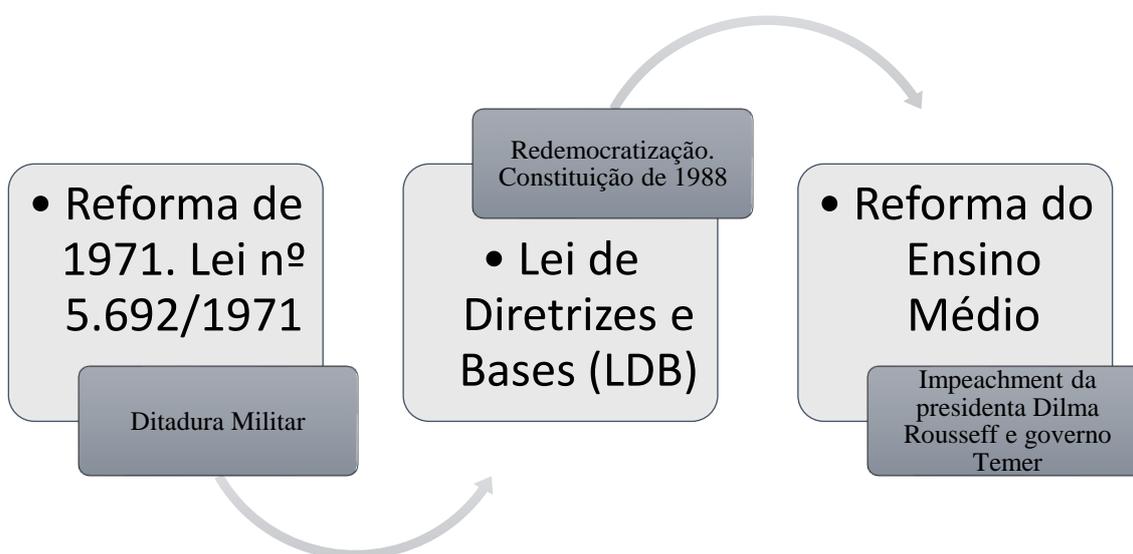
3. Instrumentalização:

Nesta etapa, apresento os conteúdos e os procedimentos necessários para a apropriação construtiva dos conhecimentos. Os conteúdos e os procedimentos serão trabalhados no decorrer de cinco aulas em que serão abordados sociologicamente questões referentes ao ensino médio profissional em um contexto nacional, estadual e local.

AULA 1 - O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Prezado(a) professor(a), a proposta para a primeira aula consiste em uma abordagem inicial envolvendo o ensino médio e suas principais reformas. É importante que os estudantes possam fazer uma ligação entre as mudanças ocorridas na sociedade e como essas mudanças refletiram na organização do sistema escolar. É indicado que seja montado no quadro uma linha do tempo das reformas educacionais que afetaram o ensino médio no Brasil.

Exemplo de elaboração de uma linha do tempo sobre as principais reformas.



-Reforma de 1971: A ditadura militar no Brasil foi um período de governo autoritário que começou em 1º de abril de 1964 e durou até 15 de março de 1985. Esse período foi profundamente marcado por uma série de eventos políticos e econômicos que moldaram a história recente do país. O golpe militar de 1964 foi um movimento que derrubou o presidente democraticamente eleito João Goulart. As Forças Armadas tomaram o poder sob a alegação de que estavam protegendo o país do comunismo e da corrupção. O golpe foi apoiado por setores conservadores da sociedade, incluindo parte da classe média, empresários e a grande mídia. Durante o regime militar, foi promulgada a Lei 5.692/71, que reformou o ensino de primeiro e segundo graus. Essa reforma foi marcada pela criação dos famosos "ciclos" (5ª a 8ª série) e pela ênfase na formação profissionalizante, buscando preparar a mão de obra para as necessidades do mercado de trabalho. O

professor pode trazer para o debate a ênfase dada pelos governos militares para a formação profissionalizante como alternativa de contensão da alta demanda sobre as faculdades públicas, desviando esse público para o mercado de trabalho.

Mostrei que os planejadores da ditadura pretendiam desviar para o mercado de trabalho, supostamente carente de técnicos de nível médio, parte dos jovens que aumentavam ano após ano o número de demandantes de vagas nas universidades públicas, cujos “excedentes” engrossavam as manifestações de descontentes. Esses planejadores supunham que a demanda de técnicos era generalizada e suficientemente grande para absorver os novos diplomados em cursos profissionais. (Cunha, 2017, p. 374)

-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996: A LDB de 1996 representou um marco importante para a educação brasileira, incluindo o ensino médio. Ela definiu as diretrizes e bases da educação nacional, estabelecendo, entre outras coisas, a duração mínima de 12 anos para a educação básica e a possibilidade de diversificação curricular no ensino médio. O professor deve relacionar com o processo de redemocratização do país, que marcou o período de transição do regime militar para um regime democrático. O processo de redemocratização foi caracterizado pela participação ativa da sociedade civil, movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos. Esse foi um período de grandes mudanças políticas e sociais, que restaurou as liberdades civis e estabeleceu as bases para a democracia brasileira contemporânea. Um de seus principais marcos foi a promulgação da Constituição de 1988: A nova Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, consolidou a democracia no Brasil, estabelecendo direitos civis, políticos e sociais, e delineando a estrutura do novo regime democrático.

-Reforma de 2017: Uma das reformas mais recentes e significativas foi promulgada pela Lei 13.415/2017, conhecida como Reforma do Ensino Médio. Essa reforma introduziu mudanças significativas na estrutura curricular do ensino médio, como a flexibilização curricular, a ampliação da carga horária e a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino médio.

-A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018: A BNCC para o ensino médio foi homologada em 2018, estabelecendo os conteúdos e competências mínimas que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo dessa etapa da educação básica. Ela

define uma parte comum a todos os estudantes e uma parte diversificada, que pode ser adaptada de acordo com as necessidades e interesses dos alunos.

Após a elaboração da linha do tempo é importante que os estudantes possam discutir em trios sobre as mudanças ao longo do tempo e as razões por trás dessas mudanças. Apesar das reformas realizadas, o ensino médio no Brasil ainda enfrenta diversos desafios, como a falta de infraestrutura nas escolas, a formação inadequada de professores, a desigualdade de acesso à educação de qualidade e a falta de integração entre educação e mercado de trabalho. Essas reformas refletem os esforços do Brasil para melhorar a qualidade e a relevância do ensino médio, buscando preparar os estudantes para os desafios e oportunidades do século XXI. No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir uma educação de qualidade e equitativa para todos os jovens brasileiros.

Cada trio deverá apresentar para os demais alunos o que discutiram. É importante que durante as apresentações os estudantes consigam relacionar as mudanças sociais como elemento constituinte das mudanças no sistema escolar.

Propor que eles iniciem uma investigação utilizando-se da técnica da entrevista com os seus familiares ou vizinhos mais velhos, sobre como funcionava o ensino médio na região onde moram, quando eles cursaram essa etapa. Estimular que eles possam escrever esses relatos sobre as experiências vividas pelos entrevistados para uma apresentação posterior. A atividade proposta será realizada em equipes, de forma que as equipes possam se organizar partindo de critérios territoriais (alunos que morem na mesma comunidade, na mesma cidade, no mesmo bairro, ou façam parte da mesma família).

AULA 2 - O ENSINO MÉDIO PROFISSIONAL NO CEARÁ

Iniciar o encontro realizando a memória da aula passada, o que os estudantes compreenderam, que dúvidas eles têm sobre o que foi trabalhado anteriormente e verificar o trabalho com as entrevistas, como as equipes estão se organizando e se já realizaram alguma entrevista.

Em seguida, dar início ao conteúdo do segundo encontro, com a seguinte pergunta: Vamos falar de ensino profissional?

Em um primeiro momento organizar a turma em círculo e realizar uma roda de conversa com os estudantes sobre o que caracteriza o ensino profissional, o que o torna

diferente das outras escolas, das EEMTIs, por exemplo? Que outras escolas existem na região? Quais os objetivos das EPs?

O professor deverá promover uma discussão que possibilite ao estudante perceber a relação existente entre educação e trabalho, ou seja, a forma de organização do mundo do trabalho e os aspectos políticos e sociais que determinam a organização e a proposta curricular das escolas do tipo profissionais. Desta forma, os estudantes poderão desenvolver uma visão crítica sobre o mundo do trabalho e as políticas educacionais. O objetivo é exercitar a análise sociológica e desconstruir visões que buscam, por exemplo, explicar o desemprego com base em características individuais do trabalhador ou em critérios meritocráticos.

Em um terceiro momento, o professor poderá apresentar para a turma um histórico da educação profissional no Brasil. Aqui, é importante que se possa relacionar as mudanças sociais ocorridas e o modelo de sociedade capitalista, apontando como a educação pode ser utilizada como ferramenta de reprodução da ideologia dominante, bem como nos aspectos relacionados a divisão e especialização social do trabalho. O professor poderá também utilizar esses elementos durante as aulas que englobem o trabalho na sociedade capitalista, alienação, precarização do trabalho, trabalho e estratificação social, divisão social do trabalho.

No século XX, ainda se observa a propagação da racionalização do trabalho materializada no Taylorismo, Fordismo e Toyotismo para os cursos de aperfeiçoamento, cursos técnicos e tecnológicos a fim de responder às demandas da industrialização, ocorrendo uma separação entre a concepção e a execução das tarefas no trabalho industrial. Uma qualificação voltada para a instrução meramente operacional sem um cuidado com o desenvolvimento intelectual, crítico e humano do trabalhador. Naquela época, os trabalhadores brasileiros não tinham uma formação específica para atender ao Mercado Industrial e o Estado recorreu à institucionalização de agências profissionalizantes paralelas ao sistema oficial, até se criar um Convênio com a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), resultando na atualidade, de o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) serem responsáveis pela maior rede de escolas de Educação Profissional no Brasil. Ressalte-se que as escolas do Sistema “S” adotaram na sua gênese uma pedagogia voltada para os interesses do capital. (Rios, 2021, p.3)

-Império (1822-1889): Com a Independência do Brasil, surgiram as primeiras escolas técnicas, como a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, fundada em 1810 no Rio de

Janeiro, e a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1874. Essas escolas tinham o objetivo de formar profissionais para atender às demandas do país em desenvolvimento, especialmente nas áreas de engenharia e indústria.

-República Velha (1889-1930): O período da República Velha foi marcado por um esforço para modernizar e industrializar o Brasil. Surgiram novas escolas técnicas e profissionalizantes, muitas vezes com apoio de empresas e do governo. Um marco importante foi a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) em 1931, que teve um papel crucial no desenvolvimento do ensino técnico.

-Era Vargas (1930-1945): O governo de Getúlio Vargas promoveu diversas reformas na educação, incluindo a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942, com o objetivo de formar mão de obra qualificada para a indústria. Surgiram também outras instituições voltadas para a formação profissional, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). O professor poderá relacionar ao processo de industrialização tardia que o Brasil passou.

-Pós-Segunda Guerra Mundial (1945-1964): O período pós-guerra trouxe um grande impulso para o desenvolvimento do ensino profissional no Brasil, com investimentos em infraestrutura e na formação de recursos humanos. Surgiram novas escolas técnicas e profissionalizantes em todo o país, e houve um aumento na oferta de cursos técnicos e de formação profissional.

-Ditadura Militar (1964-1985): Durante a ditadura militar, houve uma expansão significativa do ensino técnico e profissionalizante, com a criação de diversas instituições públicas e privadas. No entanto, muitas vezes essas instituições foram utilizadas como instrumentos de controle social e político, com ênfase na formação de mão de obra para atender às demandas do mercado.

-Redemocratização (1985-presente): Nas últimas décadas, houve uma preocupação crescente com a qualidade e a relevância do ensino profissional no Brasil. Foram implementadas diversas reformas e políticas públicas para modernizar o ensino técnico e profissionalizante, com um foco maior na articulação entre educação e mercado de

trabalho, na oferta de cursos de acordo com as demandas regionais e na promoção da educação profissional como uma alternativa válida ao ensino tradicional.

O professor poderá trazer elementos para discussão que problematize a precarização do trabalho e a redução de direitos. Trazer questionamentos sobre o significado do trabalho para os estudantes, porque muitas vezes ele é visto como ato de realização humana, ao mesmo tempo em que pode ser um instrumento de opressão para o trabalhador.

Após a exposição do professor sobre a educação profissional em nível nacional é hora de relacionar a um contexto regional, ou seja, a educação profissional no Ceará.

-O Ceará tem investido na expansão da sua rede de educação profissional, criando novas escolas técnicas e profissionalizantes em todo o estado. Essas instituições oferecem uma variedade de cursos técnicos integrados ao ensino médio, prometendo aos estudantes uma formação mais completa e integrada. O ensino médio profissional no Ceará tem buscado se alinhar com os setores estratégicos da economia local, como turismo, tecnologia da informação, agronegócio, energia renovável e indústria naval, oferecendo cursos que atendam às demandas específicas desses segmentos. Em suma, o ensino médio profissional no estado do Ceará tem passado por um processo de expansão e aprimoramento, com o objetivo de oferecer uma formação de qualidade que prepare os estudantes para o mercado de trabalho.

É importante que o professor desenvolva junto aos estudantes um debate acerca das contradições, dos desafios e das tensões que envolvem o ensino profissional no Ceará. Nesse sentido temos alguns trabalhos de notória relevância que investigam elementos relacionados ao cotidiano das escolas profissionais SANTOS (2017) que investiga a configuração e mobilização familiar no contexto das Escolas Estaduais de Educação Profissional no Ceará, compreendendo como essas escolas figuram positivamente no imaginário de muitos alunos e famílias cearenses que demandam por escolas que ampliem as suas chances competitivas, tanto em relação a vida profissional quanto ao acesso ao ensino superior. Temos também o trabalho de CUNHA (2017) que objetiva uma investigação sobre o protagonismo estudantil em Escolas Profissionais em Fortaleza, e busca compreender, em que medida, ser aluno de uma escola profissional, ou seja, possuir um perfil de “aluno diferenciado” impacta positivamente os índices de protagonismo desses jovens.

Em trios os estudantes irão discutir e tentar responder às seguintes questões: Como são estruturados os cursos profissionalizantes no Ceará e no Brasil? Quais são os

critérios de qualidade adotados? Como a educação profissional está integrada ao currículo do ensino médio? Quais são as disciplinas obrigatórias e contribuições oferecidas nesse contexto? Quais são os tipos de cursos oferecidos pelas escolas profissionais no Ceará? Como é organizado/estruturado o currículo desses cursos?

A partir das questões e respectivas respostas apontadas pelos trios, o professor deverá seguir com a discussão a partir das seguintes premissas: *Os cursos profissionalizantes no Ceará e no Brasil são estruturados de forma a oferecer aos estudantes uma formação técnica específica que os preparam para ingressar no mercado de trabalho. Os cursos profissionalizantes são focados em áreas específicas de conhecimento, como Administração, Eletrônica, Mecânica, Informática, Saúde, entre outras. O currículo acadêmico para o desenvolvimento de competências técnicas e práticas permitidas para exercer funções específicas em determinadas profissões.*

Os critérios de qualidade adotados para cursos profissionalizantes são fundamentais para garantir que os estudantes recebam uma formação adequada e preparada para integração no mercado de trabalho com competências técnicas sólidas. Esses critérios podem variar entre diferentes sistemas educacionais e instituições, mas geralmente incluem um currículo alinhado às demandas do mercado; Os cursos devem oferecer um currículo atualizado e atualizado às necessidades e tendências do mercado de trabalho na área específica. Isso inclui a inclusão de conteúdos técnicos relevantes, habilidades práticas, conhecimentos e teóricos que preparam os estudantes para a descrição da profissão.

A integração da educação profissional ao currículo do ensino médio é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece diretrizes gerais para a educação básica, incluindo a educação profissional Integrada ao Currículo do Ensino Médio, nesta modalidade, os estudantes cursam simultaneamente o ensino médio regular e a formação técnica profissionalizante. Isso significa que além das disciplinas comuns do currículo regular (como Matemática, Português, Ciências, etc.), eles também estudam disciplinas técnicas específicas relacionadas ao curso escolhido. Por exemplo, um estudante pode cursar o ensino médio ao mesmo tempo em que se forma como técnico em Informática, Eletrônica, Administração, entre outros.

Após a discussão o professor deverá ressaltar a importância da atividade proposta anteriormente sobre a entrevista para a apresentação na última aula sobre a temática.

AULA 3 - O ENSINO MÉDIO PROFISSIONAL NO MACIÇO DE BATURITÉ

Após a acolhida realizar a memória do encontro passado e trazer novamente para o centro do debate a educação profissional e seus objetivos.

Para esse encontro vamos ter como tema central a educação profissional no Maciço de Baturité, como ela se organiza, suas peculiaridades e suas limitações.

O debate principal deste encontro se dará a partir das finalidades da educação profissional de nível médio na região do Maciço de Baturité, tomando como base o trabalho de Freire (2020) que investiga a percepção sobre o ensino de Sociologia nas unidades escolares da Região do Maciço de Baturité em vista da presença do curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Inicialmente o professor deverá fazer um breve diagnóstico com os alunos sobre o que eles sabem das outras escolas profissionais existentes na região, onde se localizam? Quais cursos oferecem? Porque determinado curso está somente em uma escola? Que cursos se repetem?

Abaixo seguem as informações relacionadas ao ano letivo de 2024:

- EEEP Adolfo Ferreira de Sousa localizada na cidade de Redenção que atualmente oferta os cursos de administração, desenvolvimento de sistemas, enfermagem e informática e ainda conta com uma turma de comércio que está para finalizar o ciclo de oferta na escola;
- EEEP Doutor Salomão Alves de Moura em Aracoiaba que oferta os cursos de administração, desenvolvimento de sistemas, edificações, massoterapia e está finalizando os ciclos de mais dois cursos que são de informática e redes;
- EEEP Clemente Olhinto Távora Arruda em Baturité que oferta os cursos de administração, agronegócio, contabilidade e informática;
- EEEP Maria Môsa da Silva em Ocara ofertando os cursos de administração, agropecuária, informática e nutrição e dietética, estando para finalizar os cursos de comércio e contabilidade;
- EEEP Maria Giselda Coelho Teixeira em Palmácia que oferta os cursos de administração, guia de turismo, redes de computadores e segurança do trabalho.

É importante que o professor possa pontuar que na região do Maciço de Baturité, o ensino médio profissional também acompanha as tendências e iniciativas do ensino

profissionalizante no estado, mas com algumas especificidades de acordo com as demandas e características locais.

-O Maciço de Baturité é conhecido por sua diversidade econômica, com destaque para a agricultura, o turismo e a indústria. Alguns aspectos relevantes sobre o ensino médio profissional nesta região: os cursos técnicos voltados para a Agricultura e Agroindústria. Devido à importância da agricultura na região do Maciço de Baturité, é comum encontrar cursos técnicos voltados para áreas como agricultura, agropecuária, agroindústria e meio ambiente. Esses cursos visam capacitar os estudantes para atuarem nas diferentes etapas da produção agrícola, desde o cultivo até o processamento e comercialização dos produtos. Por se tratar de uma região que mescla sertão e serra, o turismo é outra atividade econômica importante, especialmente devido à presença de paisagens naturais e sítios históricos. Por isso, é possível encontrar cursos técnicos voltados para o turismo, hotelaria e gestão de empreendimentos turísticos, que preparam os estudantes para trabalharem no setor de serviços voltados para o turismo.

Uma contradição importante que o professor pode pontuar é sobre os cursos da área da saúde, que não estão presentes em todas as escolas, o curso de enfermagem por exemplo, que é um curso de alta demanda, só existe na escola de Redenção, por que não é ampliado para outras escolas?

-Assim como em outras partes do estado, o ensino médio profissional no Maciço de Baturité também se beneficia de parcerias com instituições de ensino e empresas locais. Essas parcerias ajudam a garantir a oferta de cursos alinhados com as demandas do mercado de trabalho e proporcionam aos estudantes oportunidades de estágio e inserção profissional. Com o avanço da tecnologia em diversas áreas, é notória a importância das disciplinas e cursos voltados para a tecnologia e a inovação, preparando os estudantes para lidarem com as demandas de um mercado cada vez mais tecnológico e competitivo. As prefeituras municipais da região do Maciço de Baturité têm um papel fundamental no apoio e no fortalecimento do ensino médio profissional, por se tratarem de cidades pequenas uma grande parcela dos estudantes faz seus estágios em órgãos da administração pública municipal.

-Em resumo, o ensino médio profissional na região do Maciço de Baturité busca atender às demandas locais, oferecendo uma formação técnica que prepare os estudantes para o mercado de trabalho e contribua para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Após a explanação sobre algumas características da educação profissional na região, os estudantes poderão iniciar uma atividade que envolverá a escrita de uma carta

para outro aluno de outra das escolas profissionais da região, onde ele apresentará a sua escola, o que ela representa para ele e fazendo algum outro questionamento que ele deseje saber sobre a outra escola. É importante pontuar que a importância sociológica de se escrever cartas envolve aspectos, incluindo a comunicação interpessoal, a expressão emocional e a preservação histórica. Segundo Paulo (2018), a Carta Pedagógica é uma modalidade de escrita e uma ferramenta de pesquisa que aproxima o pesquisador do sujeito da pesquisa. As cartas permitem uma comunicação mais pessoal e direta entre os indivíduos. Ao contrário de mensagens instantâneas ou e-mails, as cartas fecham um tempo de reflexão e consideração, o que pode aprofundar as conexões entre as pessoas.

As cartas ajudam na construção e manutenção da identidade social dos indivíduos. A maneira como alguém se apresenta em uma carta pode refletir suas percepções sobre si mesmo e seu lugar na sociedade. As cartas também podem ser usadas para reafirmar identidades culturais e familiares. Assim, de acordo com Paulo (2023), as Cartas Pedagógicas têm o potencial de rememorar experiências vividas, por meio de registros de ações individuais e coletivas, apontadas pelos sujeitos da pesquisa.

AULA 4 - EU E A MINHA ESCOLA: O QUE A EP REPRESENTA PARA MIM?

Sempre antes de todos os encontros é importante que o professor realize uma memória do encontro anterior e retome os elementos trabalhados fazendo uma ligação com o tema do dia.

O encontro será iniciado com uma série de sugestões de filmes para os estudantes. Os filmes não serão exibidos durante o encontro, por conta do tempo de cada aula, porém o professor pode sugerir que eles vejam como atividade extracurricular, reafirmando a contribuição desse tipo de atividade para os estudantes.

Os filmes podem desempenhar um papel significativo no aprendizado em sala de aula por gerar um maior engajamento e motivação, pois capturam a atenção dos alunos com elementos visuais e sonoros, tornando o aprendizado mais interessante; geram conexão emocional, muitas histórias cinematográficas podem evocar emoções, ajudando os alunos a se conectarem mais profundamente com o conteúdo. Filmes podem ilustrar conceitos difíceis de maneira clara e visual, facilitando a compreensão, criam memória visual, as pessoas tendem a lembrar mais facilmente de informações apresentadas visualmente.

Importante pontuar que ao sugerir qualquer obra audiovisual é importante ao professor situar a obra, pois para construir qualquer obra seja documentário, filmes, séries entre outras produções, imagens foram selecionadas, editadas, sofreram transformações, cortes, agrupamentos e exclusões, originando uma narrativa cinematográfica, uma obra permeada por diversos sentidos, no qual se dizem coisas na mesma medida em que coisas são silenciadas, são múltiplas as possibilidades interpretativas.

Ao analisar filmes, os alunos desenvolvem habilidades de pensamento crítico, aprendendo a interpretar e avaliar diferentes pontos de vista. Agregar filmes na educação pode transformar o aprendizado, tornando-o mais dinâmico, interativo e eficaz. É importante, no entanto, que os filmes sejam selecionados cuidadosamente e integrados de maneira planejada ao currículo para maximizar seus benefícios educacionais. Abaixo uma lista de sugestões de filmes que podem ser incorporados como sugestão aos estudantes:

Sociedade dos Poetas Mortos (1989): John Keating (Robin Williams) é um professor de poesia nada ortodoxo em uma escola preparatória para jovens. Com o seu talento e sabedoria, ele inspira os seus alunos a perseguir as suas paixões individuais e tornar as suas vidas extraordinárias. O filme ajudou a popularizar o provérbio ‘carpe diem’ (do latim, ‘aproveitem o dia’). Disponível na plataforma Disney +.

Escritores da Liberdade (2007): Uma professora (Hilary Swank) tenta combater um sistema deficiente e fazer com que a sala de aula faça a diferença na vida de seus alunos, criados em meio à violência e à agressividade. Por meio de diários, os adolescentes escrevem suas histórias e têm a chance de ter uma voz própria. O filme foi inspirado em eventos reais, relatados pela professora Erin Gruwell e seus alunos no livro “O Diário dos Escritores da Liberdade”. Disponível na plataforma Amazon Prime Video

O Aluno (2010): Kimani Maruge (Oliver Litondo) lutou pela liberdade de seu país, foi preso e torturado. Aos 84 anos, Maruge decide se matricular numa escola primária. Como a escola possui mais crianças do que sua estrutura precária suporta, sua matrícula é negada e ele precisa insistir muito até ser aceito. Porém, ao começar a estudar, a atitude de Maruge gera revolta e indignação na comunidade, colocando sua segurança em risco. O filme é baseado em fatos reais. A perseverança e a determinação de Maruge em aprender a ler beiram o desespero. O filme é um drama tenso, mas belíssimo e inspirador. Disponível na plataforma Vizer Tv.

Central do Brasil (1998): Um país desconhecido é apresentado aos brasileiros. Dora (Fernanda Montenegro), a protagonista do filme, provoca reflexões sobre o drama do analfabetismo no país. E o problema está logo ali, na estação de trem Central do Brasil, subúrbio do Rio de Janeiro. Lá, a professora aposentada cobra para escrever e enviar cartas (apesar de nunca cumprir a segunda tarefa) para pessoas que vivem à margem do universo das letras. O roteiro ainda retrata a massa de migrantes nordestinos que, desde o início do século 20, abandona o sertão em busca de oportunidades de trabalho nas metrópoles. A história ganha fôlego quando uma das clientes, Ana (Soia Lira), é atropelada na saída da estação e seu filho de nove anos, Josué (Vinícius de Oliveira), pede ajuda a Dora para encontrar o pai que vive no interior do Nordeste. Uma história envolvente, que muito revela sobre as deficiências da educação no país. Disponível na plataforma You tube,Netflix, Amazon Prime.

Pro Dia Nascer Feliz (2006): O filme mostra o cotidiano permeado de desigualdade e violência de jovens de quatro escolas públicas brasileiras, em Pernambuco, São Paulo, Duque de Caxias e no Rio de Janeiro. Preconceito, fantasia, subversão e negligência integram o cotidiano de um grupo de adolescentes captado pela lente da câmera do diretor João Jardim. A produção dá voz a alunos de 14 a 17 anos, de classes sociais distintas, para que revelem as próprias inquietações e fragilidades no universo educacional. O resultado final é um enredo sensível, que apresenta ao público diversos “brasis” perdidos pelo território, ao mesmo tempo em que provoca um misto de sentimentos – ora esperançosos, ora (muito) amargos. Disponível na plataforma Amazon Prime vídeo e Disney +.

Extraordinário (2017): Auggie Pullman (Jacob Tremblay) é um garoto que nasceu com uma deformação facial, o que fez com que passasse por 27 cirurgias plásticas. Aos 10 anos, ele pela primeira vez frequentará uma escola regular, como qualquer outra criança. Lá, precisa lidar com a sensação constante de ser sempre observado e avaliado por todos à sua volta. Disponível na plataforma Telecine, Netflix, Amazon Prime.

A segunda atividade proposta para esse encontro tem por objetivo apresentar que sentido os estudantes estabelecem para o ensino profissional em forma de produção artística, literária ou musical. Individualmente, cada aluno irá produzir algo que possa exteriorizar o que a escola significa para ele.

A importância das produções artísticas para os jovens é multifacetada e abrange aspectos educacionais, emocionais, sociais e culturais. Entre esses aspectos podemos citar um maior desenvolvimento cognitivo e acadêmico: A prática de atividades artísticas estimula o desenvolvimento cognitivo, ajudando os jovens a desenvolverem habilidades críticas como a resolução de problemas, a criatividade e o pensamento crítico. A participação em atividades artísticas pode melhorar o desempenho acadêmico em outras disciplinas, como matemática e na leitura, devido ao desenvolvimento de habilidades como a atenção e a disciplina.

Esse tipo de atividade proporciona ao jovem desenvolvimento da criatividade, melhoria da memória, habilidade na resolução de problemas a possibilidade dele se expressar emocional e afetivamente, redução de estresse, aumento da autoestima, desenvolvimento de habilidades manuais, exploração cultural e expressão de identidade.

Essa atividade deverá ser proposta de forma livre, cabe ao professor mediar a escolha da expressão artística literária que melhor se adequar às habilidades e inclinações do estudante. Esse tipo de atividade demanda mais tempo que o horário de aula habitual, nesse sentido o professor deverá orientar que os estudantes finalizem as produções posteriormente.

4. Catarse:

4.1 Expressão mental do aluno (o que eles podem responder): Respostas dos alunos: reflexão do aluno sobre o tema.

4.2 Expressão da síntese (como eles podem responder): Avaliação durante a aula através de debates sobre os respectivos assuntos. Interação durante e após apresentação da aula, dúvidas e colocações no geral.

A catarse é o momento em que o estudante mostrará através das produções realizadas o que ele aprendeu. A sala irá organizar e apresentar tanto as produções dos sentidos estabelecidos por eles para a escola, bem como as equipes deverão apresentar os relatos colhidos sobre como era o ensino médio da região para seus interlocutores.

A culminância de uma atividade é uma etapa muito importante na execução de uma proposta, ela se configura como uma possibilidade de apresentação dos resultados alcançados. É uma ocasião de celebrar, de compartilhar as experiências vividas, as conquistas e os aprendizados. A culminância deve envolver exposições, apresentações e demais formas de demonstração que os estudantes proporem. É importante pontuar que é o momento também de reconhecer e valorizar o esforço dos envolvidos, motivando-os para projetos futuros.

Em acordo com a comunidade escolar é importante que seja uma atividade mais abrangente, que contemple os demais estudantes das escolas. Poderá ser realizada em dois momentos: um permanente com a montagem de uma exposição, onde serão expostas as produções artísticas sobre a relação com a escola e outro momento onde serão relatadas as narrativas colhidas pelos estudantes sobre o contexto do ensino médio vivido pelos membros mais velhos de sua família e/ou vizinhança.

É importante que o professor possa discorrer sobre a produção do conhecimento no campo das Ciências Humanas que envolve uma seleção de temas, teorias, metodologias etc., privilegiando uma perspectiva em detrimento de outras. Assim, são elaboradas narrativas carregadas de afirmações, mas também de vazios.

5. Prática social;

5.1 Prática social final do conteúdo: Nessa etapa espera-se que o estudante adote uma postura prática ante a realidade. É importante que eles possam identificar e fazer uma discussão mais ampla e abrangente dos principais desafios enfrentados pelo ensino médio no Brasil hoje. Exemplos incluem infraestrutura precária, desigualdades regionais, preparação para o mercado de trabalho, entre outros.

5.2 Ação(ões). Os estudantes devem expressar novas reflexões diante da problemática, a percepção dele mesmo como agente ativo nos processos de mudança social. É importante que o estudante compreenda que o Brasil, mesmo vivendo todas as

contradições da realidade de uma sociedade democrática, pluralista e multifacetada, a educação pode e deve se tornar objeto e instrumento de mudança.

Nesse sentido é imprescindível que o estudante tenha desenvolvido uma visão mais crítica sobre a escola profissional, suas contradições, suas perspectivas. O ponto de chegada na perspectiva histórico crítica é um retorno à prática social, é a fase que representa a transposição do teórico para o prático. Professor e estudante superaram suas concepções anteriores sobre o conteúdo, passando de um estágio de menor compreensão científica para um estágio de compreensão científica ampliada. É um olhar diferenciado sobre a prática.

Entretanto, não é o final do processo educativo, é necessário que a ampliação do conhecimento científico se materialize em ação concreta, em ação sobre a realidade. O professor em conjunto com os estudantes, poderá debater quais as estratégias que podem ser utilizadas para colocar em prática o novo conhecimento; realizar um plano de ação com base nos conteúdos trabalhados onde estudantes e professores assumem o compromisso com a transformação da prática social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal proposta deste trabalho ao trazer o ensino médio, mais diretamente o ensino médio profissional, enquanto objeto de estudo e problematização é contribuir com as práticas em sala de aula.

Quanto às possibilidades de uso e aplicação do plano de ensino, as perspectivas são múltiplas, pois depende do próprio desenvolvimento do tema durante a aula e dos recortes específicos da realidade escolar de cada docente e de cada escola. O plano é uma sugestão metodológica que pode em qualquer momento ser adaptada, pois foi concebida pensando na autonomia do docente e na necessidade específica de ter em mãos um material que seja um facilitador do seu trabalho. Assim, o professor encontrará no plano de ensino uma orientação e apoio para as mais variadas estratégias que se proponha, entre elas: aula expositiva, a partir da contextualização histórica por meio da cronologia, do conhecimento exposto nos conteúdos apresentado no texto principal; discussão e debates dos diferentes pontos de vista teóricos presentes no texto e nas falas dos estudantes durante os encontros; indicações de atividades, são elementos motivadores para a discussão e o debate organizado e mediado pelo docente em sala de aula; recursos audiovisuais, as indicações de filmes são elementos que servem para dinamizar a aula e sensibilizar os alunos para debates ou exposições orais, e também como material de pesquisa.

A utilização do plano de ensino e as adequações estratégicas que cada professor fará ao utilizá-lo, permitirá ao estudante atribuir sentido à aprendizagem, associando os conteúdos estudados às questões emergentes na sociedade contemporânea e a sua experiência de vida; desenvolver a capacidade de leitura e de expressão em diferentes linguagens, através das propostas cinematográficas e das produções artísticas; bem como que ele possa analisar diferentes perspectivas de pensamento, de significação do mundo e de construção de narrativas, através das entrevistas e narrativas recolhidas para serem apresentadas na culminância dos encontros.

A intencionalidade a que esse trabalho se propõe é de contribuir não somente com as escolas profissionais da região do Maciço de Baturité, mas contribuir com a educação de forma ampliada. Não são poucos os desafios que nossos jovens irão enfrentar, tanto no mundo do trabalho como também na aquisição e internalização de um conjunto de

conhecimentos necessários para a efetiva participação na vida política e para o exercício da cidadania.

Esse conjunto de conhecimentos são essenciais a todos os indivíduos para a construção de uma sociedade pautada nos valores humanos, na inclusão, no respeito e na solidariedade. Como educadora, contemplo a escola como um lugar extraordinário para a aquisição e o desenvolvimento desses valores e, principalmente, para a formação de indivíduos efetivamente comprometidos e conscientes da importância da noção de pertencimento à uma comunidade.

Os jovens do Maciço de Baturité, assim como a juventude brasileira, são herdeiros de um conjunto de conhecimentos e saberes acumulados pela humanidade, que se materializam em diferentes recursos tecnológicos e formas de comunicação. Embora o acesso a esses recursos seja efetivado de forma desigual, devemos continuar insistindo na igualdade de acesso a eles, pois, de fato, assim como são herdeiros de conhecimentos e saberes também são herdeiros de inúmeros problemas econômicos, ambientais e sociais nas diversas escalas, que resultam de uma sociedade egoísta e predatória, vivendo em um meio onde existe um imenso hiato de políticas capazes de garantir efetivamente o bem-estar da coletividade.

O Maciço de Baturité é um território complexo, onde sertão e serra são unidades geográficas geradoras de um enorme potencial educacional. Um exemplo é a Universidade da Integração da Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB, localizada no município de Redenção-Ce, criada pela Lei nº 12.289/2010, que vem a 14 anos promovendo mais oportunidades para os jovens da região. Uma universidade federal interiorizada e pautada nos preceitos da internacionalização, da solidariedade e da cooperação Sul-Sul que muito tem contribuído com a juventude do Maciço de Baturité.

Em suma, o trabalho aqui apresentado não é um desfecho de uma pesquisa, é um ponto de partida para um trabalho pedagógico que permita aos jovens maiores condições de interpretação da realidade social, que possam se inserir no mundo do trabalho mais conscientes das dinâmicas da sociedade em que vivem e que possam efetivamente contribuir nas decisões que envolvem a coletividade. Que estes possam se ver como agentes do processo educacional a qual fazem parte, que sejam capazes de desenvolver o senso crítico tão lindamente descrito em qualquer componente das Ciências Humanas Sociais e Aplicadas.

O ponto pedagógico aqui descrito também se configura como um ponto de partida para os professores de Sociologia que fazem parte das escolas que foram objeto da construção do olhar sociológico sobre o EM profissionalizante, este sendo um caminho a ser tão almejado (por motivações distintas) pelos alunos que adentram os muros dessas escolas. Isso porque a construção do conhecimento sociológico parte da análise social dos indivíduos e da sociedade a que estes indivíduos pertencem.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- BELTHER, Josilda Maria. **ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: análise de uma experiência de parceria entre duas redes públicas**. In: II COLÓQUIO NACIONAL - A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2013, Natal. Anais [...]. Natal: Repositório Institucional do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, 2013. p. 1-11. Disponível em: <http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1311> Acesso em: 08 ago. 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). Escritos de educação. Tradução de Aparecida Joly Gouveia. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. Cap. 2. p. 43-72.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: UFSC, 2013.
- BRASIL. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 30 dez. 2008. Seção 1, p. 1.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. **Parecer 15/98; Resolução 03/98**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, CNE/CEB, Brasília, DF 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília. MEC/SEMTEC, 1999.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 5, de 4 de maio de 2011**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio., Brasília, DF, 24 jan. 2012.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 31 jan. 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 20 jul. 2024.

CANDIDO, Antônio. **O papel do estudo sociológico da escola na sociologia educacional**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1954, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1954. p. 117-130.

CANDIDO, Antônio. **O papel do estudo sociológico da escola na sociologia educacional**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1954. p. 123.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber e com a escola entre estudantes de periferia**. Tradução: Neide Maria de Rezende. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 1, n. 97, p. 47-63, maio 1996.

COSTA, Heloíse Paula; DIAS, Vagno Emygdio Machado. **A PROFISSIONALIZAÇÃO GENERALIZADA NA REFORMA DO ENSINO MÉDIO**. Trabalho Necessário, Niterói, v. 19, n. 39, p. 236-259, maio 2021. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/issue/view/2497> Acesso em: 07 maio 2024.

CUNHA, Luiz Antônio. **ENSINO MÉDIO: atalho para o passado**. Educação & Sociedade, [S.L.], v. 38, n. 139, p. 373-384, jun. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017176604>.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (org.). **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DAYRELL, Juarez. **A ESCOLA “FAZ” AS JUVENTUDES? REFLEXÕES EM TORNO DA SOCIALIZAÇÃO JUVENIL**. Educação & Sociedade, [S.L.], v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302007000300022>.

FERREIRA, Felipe Barreira. **Ensino de sociologia, escola e juventude: proposta de material didático**. 2020. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/56614> Acesso em: 13 jul. 2023.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; SILVA, Monica Ribeiro da. **CENTRALIDADE DO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DA NOVA “ORDEM E PROGRESSO”**. Educação & Sociedade, [S.L.], v. 38, n. 139, p. 287-292, jun. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017179021>.

FREIRE, Newton Malveira. **Percepções discentes sobre o ensino de sociologia nas escolas públicas estaduais do Maciço de Baturité**. 2020. 207 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

FREITAS, Francisca Marcia Gabrielle Alves. **Rolê Sociológico: Aprendendo Sociologia com a cidade**. 2023. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-

Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/73427> Acesso em: 01 ago. 2024.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2012. 103 p.

KRAWCZYK, Nora. **REFLEXÃO SOBRE ALGUNS DESAFIOS DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL HOJE**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 752-769, set. 2011.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Editora Planta, 2004. 324 p. Trad. Mana Luiza M. de Carvalho e Silva.

LIMA FILHO, Irapuan Peixoto. **Barulho nas ruas escuras: estilo de vida e redes sociais nos agrupamentos roqueiros**. Revista Crítica de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 2, n. 19, p. 105-136, 2016.

LIMA FILHO, Irapuan Peixoto. **Culturas Juvenis e agrupamentos na escola: entre adesões e conflitos**. Revista de Ciências Sociais da UFC, Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 103-118, jan./jun.2014.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias do currículo**. São Paulo: Cortez, 2013. 534 p.

LOPES, Francisco Willams Ribeiro. **Os Sentidos da Escolarização para Estudantes do Ensino Médio em Tempo Integral no Ceará: experiência de pesquisa do programa PIBIC/em**. Mediações - Revista de Ciências Sociais, [S.L.] Londrina, v. 29, n. 1, p. 1-21, 1 jan. 2024. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2024v29n1e48898> Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/48898> Acesso em: 07 maio 2024.

MOURA, Dante Henrique. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração**. Rio Grande do Norte. IFRN/Holos, v. 2, n. 23, p. 4-30. 2007.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Pioneiros e pioneiros da Educação Popular freireana e da universidade**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, RS, 2018

PAULO, Fernanda dos Santos. **Cartas Pedagógicas como Instrumento Metodológico de Pesquisas Participativas**. Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, v. 9, n. 0, p. 1-15, 16 ago. 2023.

PESSOA, Márcio Kleber Moraes. **Educação escolar no Ceará no século XXI: consolidação, obstáculos e desafios**. In: PESSOA, Márcio Kleber Moraes. Educação Escolar no Ceará (1964-2019): uma análise do sistema de ensino, da administração pública e do trabalho docente. Mossoró: Edições Uern, 2023. p. 129-136. (FAPERN).

Disponível em: <https://portal.uern.br/eduern/wp-content/uploads/sites/14/2024/01/12-E-book-Educacao-Escolar-no-Ceara.pdf> Acesso em: 10 jun. 2024.

RAMOS, Marise. **DO “NÓ DO 2º. GRAU” AO ULTRACONSERVADORISMO DA ATUAL POLÍTICA DE ENSINO MÉDIO NO BRASIL: ATUALIDADE E URGÊNCIA DO PENSAMENTO DE DERMEVAL SAVIANI.** Trabalho Necessário, Niterói, v. 19, n. 39, p. 306-319, maio 2021. Trimestral.

RIOS, Elane Nardotto. **História, perspectivas e contradições no Ensino Médio Integrado na rede federal de Educação Profissional.** Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S. l.], v. 1, n. 20, p. e7389, 2021. DOI: 10.15628/rbept.2021.7389. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7389>. Acesso em: 8 ago. 2024.

SACRISTÁN, J. G. **Saberes e incertezas do currículo.** Porto Alegre: Penso, 2013.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa. 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2017.

SANTOS, Harlon Romariz Rabelo. **CONFIGURAÇÃO E MOBILIZAÇÃO FAMILIAR NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: entre disposições, escolhas e motivações.** 2017. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011. 153 p. (Coleção educação contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.** São Paulo: Cortez, 1985.

SAVIANI, Dermeval. **O nó do ensino de 2º grau. Bimestre.** Revista do 2º grau, v.1, pág. 13-15, out., 1986. (Entrevista).

SCHULTZ, Theodore William. Capítulo 3: Investimentos em capital humano. In: **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971, p. 31-52.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano: Investimentos em educação e pesquisa.** Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963

SILVA, Maria Eduarda Freitas. **A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO ALMIR PINTO COM RELAÇÃO AO INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR.** 2019. 26 f. TCC (Graduação) - Curso de Curso de Bacharelado em Humanidades, Instituto de Humanidades (IH), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Acarape, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/4075> Acesso em: 21 jun. 2024.

SILVA, I. L. F. **Metodologias do Ensino de Sociologia na Educação Básica**. In: SILVA, I. L. F. et al. (org.). Caderno de metodologias de ensino e de pesquisa de Sociologia. 1. ed. Londrina: SETI, 2009. p. 15-35.

SILVA, Monica Ribeiro da. **Currículo, ensino médio e BNCC: um cenário de disputas**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 17, p. 367-379, jul. 2015.

SILVA, Mônica Ribeiro da. Reforma do Ensino Médio e o direito à Educação Básica. Coletiva, Recife, n. 31 Coletiva. set.out.nov.dez. 2022. Disponível em <https://www.coletiva.org/dossie-reforma-do-ensino-medio-n31-artigo-direito-a-educacao-basica-monica-ribeiro> ISSN 2179-1287

SILVA, Monica Ribeiro da; ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. **EDUCAÇÃO NA CONTRAMÃO DA DEMOCRACIA - A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL**. Trabalho Necessário, Niterói, v. 19, n. 39, p. 6-14, maio 2021. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/issue/view/2497> Acesso em: 07 maio 2024.

SOUZA, Camila Maria Cunha de. **PROTAGONISMO ESTUDANTIL EM ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**. 2017. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

SOUZA, Liliane Bordignon de. **REFORMA E EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NOS ANOS 2000**. 2013. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/927062?guid=4ee4a333f4e7dee7087a&returnUrl=%2fresultado%2flistar%3fguid%3d4ee4a333f4e7dee7087a%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d927062%23927062&i=1> Acesso em: 16 jun. 2023.

SPOSITO, Marília Pontes. **UMA PERSPECTIVA NÃO ESCOLAR NO ESTUDO SOCIOLÓGICO DA ESCOLA**. Revista USP, [S.L.], n. 57, p. 210, 30 maio 2003. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i57p210-226>.

VIDAL, Eloisa Maia; OLIVEIRA, Ana Gardennya Linard Sirio; AVELAR, Davi Miranda Lucena de. **Reforma do ensino médio no Ceará**. Retratos da Escola, [S.L.], v. 16, n. 35, p. 337-356, 15 set. 2022. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). <http://dx.doi.org/10.22420/rde.v16i35.1470>. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1470> Acesso em: 07 maio 2024.

YOUNG, Michael F. D. **O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas**. Revista Brasileira de Educação, [S.L.], v. 16, n. 48, p. 609-623, dez. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782011000300005>.

**APÊNDICE - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTUDANTES DAS
TURMAS DA 2ª SÉRIE DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS DO MACIÇO DE
BATURITÉ**

Os sentidos do Ensino Médio nos projetos de vida dos alunos de escolas profissionais
do Maciço de Baturité

Esta pesquisa tem a intenção de conhecer quais os sentidos atribuídos pelos/as estudantes das escolas profissionais da região do Maciço de Baturité ao ensino médio. As respostas são anônimas, ou seja, você não será identificado. As informações obtidas serão utilizadas para fins de análise na pesquisa realizada no âmbito do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional-PROFSOCIO.

Ao responder o questionário, você concorda com estes termos.

QUESTIONÁRIO

I - PERFIL GERAL DO ESTUDANTE

1. Qual a sua idade?

() 14() 15() 16() 17() 18() 19() 20 ou mais

2. A maior parte do seu ensino fundamental, do 1º ao 9º ano, foi em qual tipo de escola?

() Pública() Privada/Particular () Outra: _____

3. Com qual gênero você se identifica?

() Feminino () Masculino () Outro: _____

4. Você se considera:

() Preto() Pardo() Branco() Indígena() Asiático

5. Qual sua religião?

() Católica

() Evangélica

() Candomblé, Umbanda, Quimbanda

() Espírita

Nenhuma (acredita em uma entidade suprema, mas não pertence à religião nenhuma)

Agnóstico ou ateu/não acredita em Deus

Outro: _____

6. Com que frequência você vai à igreja/templo religioso?

Ocasionalmente

Semanalmente

Mais de uma vez por semana

Não frequento igreja/templo religioso

7. Contando com você, quantas pessoas moram na sua residência? _____

8. Você ou alguém que mora com você é beneficiário do Bolsa Família?

Sim Não Não sei responder

9. Qual a situação profissional da pessoa responsável por você?

Empregado com carteira assinada

Empregado com contrato temporário

Autônomo ou informal (sem carteira assinada)

Servidor público

Aposentado

Desempregado

Doméstico

Não sei dizer

10. Qual a escolaridade da sua mãe (ou pessoa responsável por você)?

Sem Escolarização

Fundamental Incompleto

Fundamental Completo

- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Pós-graduação
- Não sabe

11. Sua residência se localiza?

- No centro do meu município
- Moro em um distrito (Comunidade)

12. Onde você mora tem água encanada?

- Sim Não

13. Onde você mora a rua é pavimentada? Sim Não

14. Você diria que a sua renda familiar somando todas as pessoas que trabalham na sua casa é de:

- Menos de um salário mínimo (R\$ 1.302,00)
- Entre 1 e 2 salários mínimos (entre R\$ 1.302,00 e R\$ 2.604,00)
- Entre 2 e 4 salários mínimos (entre R\$ 2.604,00 e R\$ 5.208,00)
- Entre 4 e 6 salários mínimos (entre R\$ 5.208,00 e R\$ 7.812,00)
- Mais de 6 salários mínimos (mais de R\$ 7.812,00)
- Não sabe dizer

15. Qual a quantidade de bens que sua família possui em casa (Marque um X no número que corresponde à quantidade)

BENS	QUANTIDADE				
	0	1	2	3	4 OU MAIS
BANHEIROS					
EMPREGADOS DOMÉSTICOS					
AUTOMÓVEIS					
MICROCOMPUTADOR (NOTEBOOK)					
LAVA LOUÇAS					
GELADEIRA					
FREEZER					
LAVADORA DE ROUPAS					
DVD					
MICROONDAS					
MOTOCICLETA					
SECADORA DE ROUPAS					

II - JUVENTUDE, ESCOLA E TRABALHO

16. De onde são seus principais amigos?

escola

igreja

vizinhança

esporte

família

virtual

não tenho amigos

17. Atualmente, você trabalha? Considere trabalho como uma atividade remunerada ou atividade em que você precisa ajudar alguém da sua família, sem necessariamente receber algum dinheiro em troca. Pode ser um trabalho formal ou informal.

Sim Não

18. Onde seu trabalho é realizado?

Em casa Fora de casa Não trabalho

19. Para você, quais os principais motivos para frequentar a escola? (Marcar até três opções)

Entrar na faculdade

Adquirir mais conhecimentos

Ter um bom emprego futuramente

Interagir com os colegas

Desenvolver seu projeto de vida e saber o que quer fazer futuramente

Nenhum, são meus pais que me obrigam

Não sei responder

20. Você já pensou em abandonar a escola?

Sim, já pensei em abandonar totalmente os estudos

Sim, mas pensei somente em mudar de escola

Não

21. Das disciplinas da formação geral, quais são suas favoritas?

(Marque até três opções)

Língua Portuguesa

Matemática

Educação Física

Arte

- História
- Geografia
- Filosofia
- Sociologia

Biologia

Química

Física

Língua Estrangeira: Inglês

22. Como você aprende mais? (Marcar até três opções)

Assistindo aulas expositivas (aquela em que o professor fala, você escuta e realiza anotações)

Estudando sozinho

Participando de oficinas e fazendo projetos práticos

Trabalhando com a comunidade dentro e fora da escola

Fazendo trabalhos em grupo

Participando de aulas com o uso de tecnologia educacionais

Participando de aulas de reforço escolar

23. Como foi sua ADAPTAÇÃO à nova rotina escolar de passar o dia inteiro na escola?

Difícil adaptação

Fácil adaptação

Ainda tenho dificuldades

Não sei responder

24. Marque a opção que melhor caracteriza sua relação com a escola profissional: (PODE MARCAR ATÉ TRÊS OPÇÕES)

Na escola tenho a possibilidade de me reunir com meus amigos

- () Na escola tenho a possibilidade de fazer refeições
- () Na escola consigo aprender uma profissão a qual tenho interesse
- () A escola tem uma boa estrutura para estudar, diferentemente da minha casa
- () Já estou acostumado a passar o dia inteiro na escola
- () O dia a dia na escola é cansativo e enfadonho
- () Na escola gosto de conversar com os professores, coordenadores, funcionários e gestores
- () No curso técnico consigo aprender algo diferente e importante para minha vida

III - ENSINO MÉDIO PROFISSIONAL

25. O que o ensino médio profissional representa para você?

- () Qualificação para o mercado de trabalho
- () Preparação para acessar o ensino superior
- () Uma forma de capacitação para o convívio em sociedade

26. Qual o principal motivo que te levou a escolher a escola profissional para cursar o ensino médio?

(Marque apenas uma opção)

- () Os resultados que a escola apresenta no acesso à universidade
- () O curso profissionalizante que ela oferece
- () Por ela ofertar ensino em tempo integral
- () Não tive outra escolha, pois era a única opção
- () Meus amigos estavam todos indo para a mesma escola
- () Foi escolha dos meus pais e eu tive que aceitar

27. Já escolheu qual curso universitário vai fazer quando finalizar o ensino médio?

- () Sim
- () Não, mas ainda vou escolher

Não quero ir para a universidade

28. Você se considera uma pessoa bem informada sobre como ingressar nas universidades públicas?

Sim Não

29. Considera que o ensino médio profissional está lhe preparando adequadamente para atingir seus objetivos?

Sim Não

30. O que você aprende na sua escola tem contribuído para dar sentido a sua vida, planejar o futuro e tomar decisões?

Contribui muito

Não tem contribuído muito

Não sei responder

31. No dia a dia da sua escola você aprende o que o ensino médio significa na vida do jovem?

Sim Não

32. Em que momento na sua escola você aprendeu o que é o ensino médio e o que ele significa?

Durante as aulas, como conteúdo didático

Nos documentos oficiais da escola (seminário, regimento e termo de adesão)

Em conversas informais com os professores

Nunca tivemos um momento para falar sobre o que significa o ensino médio

33. Na sua percepção qual o principal foco do trabalho da sua escola?

Preparar para o exercício pleno da cidadania e convívio social

Capacitar para o mercado de trabalho

Possibilitar o ingresso no ensino superior

34. O que você gostaria de fazer mais durante o tempo em que está na escola? (Pode marcar mais de uma opção)

- Aprofundar conteúdos
- Realizar atividades artísticas e/ou esportivas
- Realizar projetos pessoais na escola
- Tirar dúvidas e realizar a revisão de conteúdo
- Fazer oficinas práticas
- Participar de grupos de discussão, grêmios estudantis etc.
- Desenvolver atividades de pesquisa

35. O que você gostaria de fazer após a conclusão do Ensino Médio?

- Ainda estou pensando
- Fazer carreira militar
- Ter um negócio próprio/empresa
- Trabalhar na iniciativa privada
- Cursar o Ensino Superior
- Ser servidor público
- Outro: _____